



PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 125/2026/PMJ
EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 18/2026/PMJ

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA/SC, por intermédio da **SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA** representada neste ato pelo(a) Secretário(a), **LUIZ CARLOS MARTIN**, torna público para conhecimento dos interessados que, de acordo com a Lei Federal nº 14.133/2021, Lei Complementar nº 123/2006, Decreto Federal nº 10.024/2019, Instrução Normativa nº 08/2014 e alteração, demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, bem como as condições constantes neste ato convocatório, realizará licitação na modalidade **PREGÃO, na forma ELETRÔNICA**, com critério de julgamento **MENOR PREÇO POR ITEM**, objetivando o **REGISTRO DE PREÇOS** para a contratação eventual e futura de vestimentas

Os trabalhos serão conduzidos por servidor designado, denominado Pregoeiro, mediante inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos diretamente no seguinte endereço eletrônico: www.portaldecompraspublicas.com.br.

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: até às 13h20min do dia 18 de junho de 2026.

ABERTURA DA SESSÃO: 13h30min do dia 18 de junho de 2026, no endereço eletrônico informado acima.

Importante destacar que todas as referências de tempo observam o horário de Brasília (DF).

1. DO OBJETO E DA FORMA DE EXECUÇÃO

1.1. DO OBJETO:

A presente licitação tem por objeto o Registro de Preços para a aquisição, de forma eventual e futura, de vestimentas especializadas para utilização pelos servidores das diversas secretarias e órgãos vinculados à Administração Pública Municipal de Joaçaba/SC.

1.2. DA FORMA DE EXECUÇÃO:

1.2.1. Os itens, objeto desta licitação, deverão ser cotados e entregues, respectivamente, de acordo com as especificações do **anexo II** deste Edital.

1.2.2. A proponente vencedora estará ciente de que os pedidos poderão ser realizados em quantidades fracionadas, podendo o órgão gerenciador adquirir quantidades mínimas dos itens registrados, de acordo com a demanda de cada órgão requisitante, a qualquer momento, dentro da vigência da Ata de Registro de Preços.

1.2.3. O Município não se obriga a contratar das proponentes vencedoras, podendo realizar licitação específica para a contratação total ou parcial do objeto, hipóteses em que, em igualdade de condições, o beneficiário do registro terá sempre preferência.

1.2.4. Havendo a necessidade dos materiais ou serviços, o órgão requisitante emitirá a Solicitação e a respectiva Nota de Empenho de Despesa, as quais serão encaminhadas à proponente vencedora.

1.2.5. A proponente vencedora deverá responsabilizar-se pelo envio, frete do material e/ou realização dos serviços solicitados, buscando o fiel cumprimento dos pedidos efetuados e, ainda, obedecer ao objeto do presente termo de referência e as disposições legais contratuais, prestando-os dentro dos padrões de qualidade, continuidade e regularidade.

1.2.6. A proponente vencedora deverá proceder à entrega dos materiais no local indicado, sem custos adicionais para o órgão solicitante, em até 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data do recebimento da Solicitação e a respectiva Nota de Empenho de Despesa.



- 1.2.7. Os produtos fornecidos deverão ser de 1ª qualidade e estar de acordo com as normas e legislação pertinentes para cada um e apresentar as características originais do fabricante. Não serão aceitos produtos fora das especificações originais.
- 1.2.8. Por ocasião do recebimento dos produtos, o órgão requisitante, por intermédio de servidor designado, reserva-se no direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações do objeto licitado, estando a proponente vencedora obrigada a promover a devida substituição, observando-se os prazos contratuais.
- 1.2.9. Caso os produtos sejam recusados ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.
- 1.2.10. O aceite dos produtos não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade ou de qualidade dos mesmos, ou por desacordo com as especificações estabelecidas neste documento, verificadas posteriormente.
- 1.2.11. Constatado o fornecimento de produtos de má qualidade, o órgão requisitante poderá utilizar-se do disposto na Lei 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor.
- 1.2.12. Nos termos do art. 21 do Decreto Municipal nº 4.388/2013, durante a vigência, a Ata de Registro de Preços proveniente deste processo, poderá ser utilizada por qualquer órgão da Administração Municipal que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem e em conformidade com o disposto no § 4º do art. 21 do mesmo diploma legal.
- 1.2.13. Caberá ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços verificar junto a proponente vencedora a capacidade de fornecimento pelo órgão ou entidade aderente.
- 1.2.14. Caberá a proponente vencedora, observadas as condições estabelecidas neste instrumento, optar pela aceitação do fornecimento ao órgão ou entidade aderente até o limite de 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados, desde que este fornecimento não venha a prejudicar as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador.
- 1.2.15. Fica estabelecido como limite às adesões por órgãos não participantes do Registro de Preços o quádruplo do quantitativo de cada item registrado neste instrumento.

2. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

- 2.1. Poderão participar da presente licitação empresas do ramo de atividade pertinente ao objeto deste Edital, regularmente estabelecidas no País, desde que atendam às exigências, inclusive quanto à documentação constante deste Edital e seus Anexos e, estiver devidamente cadastrada junto ao Órgão Provedor do Sistema, através do site www.portaldecompraspublicas.com.br.
- 2.2. Não poderão participar desta licitação os interessados:
 - 2.2.1. Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;
 - 2.2.2. Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
 - 2.2.3. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
 - 2.2.4. Que se enquadrem nas vedações previstas no Art. 9º e 14 da Lei Federal nº 14.133/2021;
 - 2.2.5. Que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;
 - 2.2.6. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).
- 2.3. A pessoa jurídica poderá participar da licitação em consórcio, observadas as regras do Art. 15 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 2.4. A participação na presente licitação implica a aceitação plena e irrevogável de todos os termos, cláusulas e condições constantes neste Edital e seus Anexos, bem como a observância dos preceitos legais e

regulamentares em vigor e a responsabilidade pela fidelidade e legitimidade das informações e documentos apresentados em qualquer fase do processo.

2.5. Os participantes deverão assumir inteira responsabilidade pela inexistência de foros que possam impedir a sua participação e/ou habilitação na presente licitação, pela autenticidade de todos os documentos que forem apresentados, bem como pela veracidade das informações e declarações prestadas.

2.6. Da participação das microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais:

2.6.1. As microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais que quiserem participar deste certame usufruindo os benefícios concedidos pela Lei Complementar nº 123/2006, deverão observar o disposto nos subitens seguintes:

2.6.1.1. As Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedores Individuais deverão declarar, sob as penas da Lei, que se enquadram nas hipóteses do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, **clikando no campo próprio previsto na tela de envio das propostas.**

2.6.1.2. A condição de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, para efeito do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar 123/2006, deverá ser comprovada, mediante apresentação da Certidão Simplificada emitida pela Junta Comercial da sede do licitante onde conste o seu enquadramento como Empresa de Pequeno Porte ou Microempresa. As sociedades simples, que não registram seus atos na Junta Comercial, deverão apresentar certidão do Registro Civil de Pessoas Jurídicas atestando seu enquadramento nas hipóteses do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006.

2.6.1.3. A condição de Microempreendedor Individual deverá ser comprovada mediante apresentação do Certificado da Condição de Microempreendedor Individual.

2.6.1.4. A Certidão ou Certificado deverão ter a emissão dentro do exercício fiscal vigente na data marcada para a abertura da presente Licitação.

2.6.1.5. Todo benefício previsto na Lei Complementar nº 123/2006 aplicável à microempresa estende-se ao MEI, conforme determina o § 2º do art. 18-E.

2.6.1.6. **Também deverá ser observado o disposto no art. 4º da Lei 14.133/21.**

3. DO CREDENCIAMENTO

3.1. Os interessados em participar deste Pregão deverão credenciar-se, previamente, perante o sistema eletrônico provido pelo Portal de Compras Públicas, através do site www.portaldecompraspublicas.com.br.

3.2. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico, onde também deverão se informar a respeito do seu funcionamento e regulamento, obtendo instruções detalhadas para sua correta utilização.

3.2.1. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

3.2.2. O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de inteira e exclusiva responsabilidade da licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Município de Joaçaba, promotor da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.2.3. O credenciamento junto ao Portal de Compras Públicas implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.2.4. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico a proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio de propostas.

4.1.1. De acordo com o art. 63, inciso II c/c com o art. 17, § 1º da Lei 14.133/2021, por não se tratar de inversão de fases, será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas pelo licitante vencedor na fase de habilitação, dos quais deverão serem enviadas no prazo de 2 (duas) horas, após o envio de mensagem do(a) pregoeiro(a) via sistema.

- 4.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.
- 4.3. O licitante, ao enviar sua proposta, deverá preencher, em campo próprio do sistema eletrônico, as seguintes declarações on-line, fornecidas pelo sistema de Pregão Eletrônico:
- 4.3.1. Declaro que estou ciente e concordo com as condições contidas no Edital e seus Anexos, bem como de que cumpro plenamente os requisitos de habilitação definidos no edital.
- 4.3.2. Declaro cumprir as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da previdência social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 4.3.3. Sob pena de desclassificação, declaro que minhas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 4.3.4. Declaro para fins do inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 20/98, que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de que qualquer trabalho a menores de 16 anos.
- 4.3.5. Declaro não possuir em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, nos termos do inciso III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.
- 4.3.6. Declaro que, conforme disposto no art. 93 da Lei 8.213, de 24 de julho de 1991, estou ciente do cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que, se aplicado ao número de funcionários da minha empresa, atendo às regras de acessibilidade previstas na legislação.
- 4.3.7. Declaro sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.
- 4.4. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.
- 4.5. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do Art. 43, § 1º da Lei Federal Complementar nº 123/2006.
- 4.6. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 4.7. Até o horário estipulado para o recebimento das propostas, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta inserida no sistema.
- 4.8. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.
- 4.9. Os documentos que compõem a proposta do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do(a) Pregoeiro(a) e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 5.1.1. Valor unitário e total para cada item ou lote de itens (conforme o caso), em moeda corrente nacional;
- 5.1.2. Marca de cada item ofertado, **para não identificar a empresa pode-se utilizar o termo "PRÓPRIO"**;
- 5.1.3. Modelo de cada item ofertado, **para não identificar a empresa pode-se utilizar o termo "PRÓPRIO"**;
- 5.1.4. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do anexo I ou do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso.
- 5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a licitante.



- 5.3. No preço cotado já deverão estar incluídos os custos de eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, encargos sociais, taxas, seguros, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, diárias, hospedagem, alimentação, fretes e quaisquer outros que incidam sobre a contratação ou decorrentes da mesma.
- 5.4. Quaisquer tributos, despesas e custos, diretos ou indiretos, omitidos da proposta ou incorretamente cotados que não tenham causado a desclassificação da mesma por caracterizar preço inexequível, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerados pleitos de acréscimos, a esse ou qualquer título, devendo os materiais ser fornecidos sem ônus adicionais.
- 5.5. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 5.6. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 5.7. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.
- 5.8. Vícios, erros e/ou omissões, que não impliquem em prejuízo para o Município de Joaçaba, poderão ser desconsiderados pela Comissão de Licitações, cabendo a esta agir em conformidade com os princípios que regem a Administração Pública.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 6.2. O(A) Pregoeiro(a) verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência, conforme Art. 59 da Lei Federal nº 14.133/2021.
 - 6.2.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.
 - 6.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
 - 6.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 6.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 6.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o(a) Pregoeiro(a) e os licitantes.
- 6.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
 - 6.5.1. O lance deverá ser ofertado de acordo com o tipo de licitação indicada no preâmbulo deste edital.
- 6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta será definido pelo(a) Pregoeiro(a).



- 6.9. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a 20 (vinte) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a 03 (três) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.
- 6.10. Será adotado para o envio de lances no Pregão Eletrônico o modo de disputa aberto, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 6.11. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.12. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.13. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.
- 6.14. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o(a) Pregoeiro(a), justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.
- 6.15. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo(a) Pregoeiro(a).
- 6.16. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.
- 6.17. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.18. No caso de desconexão com o(a) Pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.19. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o(a) Pregoeiro(a) persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do(a) Pregoeiro(a) aos participantes do certame, publicada no Portal de Compras Públicas, www.portaldecompraspublicas.com.br, quando serão divulgadas data e hora para a sua reabertura. E será reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo(a) Pregoeiro(a) aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.20. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.21. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos Arts. 44 e 45 da Lei Federal Complementar nº 123/2006, regulamentada pelo Decreto Federal nº 8.538/2015.
- 6.22. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 6.23. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 10 (dez) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 6.24. Caso a Microempresa ou a Empresa de Pequeno Porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 10% (dez por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.



- 6.25. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 6.26. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento.
- 6.27. A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).
- 6.28. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:
- 6.28.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- 6.28.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes;
- 6.28.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- 6.28.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 6.29. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 6.29.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
- 6.29.2. empresas brasileiras;
- 6.29.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 6.29.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187/2009.
- 6.30. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o(a) Pregoeiro(a) deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.
- 6.30.1. A negociação será realizada por meio do sistema, pelo prazo de 10 (dez) minutos, podendo ser acompanhada pelos demais proponentes.
- 6.30.2. O(a) Pregoeiro(a) solicitará ao licitante melhor classificado que, envie a proposta readequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 6.30.3. O(a) Pregoeiro(a) abrirá prazo de 10 (dez) minutos, para intenção de recuso referente as Propostas. As intenções interpostas deverão ser motivadas/justificadas brevemente e serão julgadas posteriormente em outra etapa – após intenções da fase de habilitação.
- 6.31. Após o prazo de intenção de recurso, o(a) Pregoeiro(a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

- 7.1. Encerrada a etapa de negociação, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.
- 7.2. Será desclassificada a proposta que contiver vício insanável; que não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas no edital ou apresentarem desconformidade com exigências do ato convocatório.
- 7.3. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado, ou que apresentar preço manifestamente inexequível.
- 7.3.1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos

encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

- 7.4. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.
- 7.5. Se houver indícios de inexecutibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências para que a licitante comprove a exequibilidade da proposta.
- 7.6. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema e a ocorrência será registrada em ata.
- 7.7. O Agente de Contratação poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, sob pena de não aceitação da proposta.
 - 7.7.1. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo(a) Pregoeiro(a) por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo(a) Pregoeiro(a).
- 7.8. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 7.9. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.
- 7.10. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.
 - 7.10.1. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.
 - 7.10.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 7.11. Nos itens não exclusivos para a participação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos Arts. 44 e 45 da Lei Federal Complementar nº 123/2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

8. DA HABILITAÇÃO

- 8.1. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o Pregoeiro solicitará a(s) licitante(s) arrematante(s) no(s) item(ns) que no prazo de 02 (duas) horas apresente os documentos de habilitação solicitados neste Edital.
 - 8.1.1. Tendo em vista o horário de expediente do Município, caso a solicitação ocorra após as 18 (dezoito) horas o prazo mencionado acima será até as 13 (treze) horas do próximo dia útil.
 - 8.1.2. Caso o proponente apresente documentação de habilitação com erro ou não apresente no prazo estabelecido no item 8.1, poderá ser concedido novo prazo de 1 (uma) hora para regularização ou apresentação dos documentos de habilitação. Esse prazo poderá ser concedido até no máximo duas vezes após o prazo inicial do item 8.1.
- 8.2. A habilitação dos licitantes será verificada por meio do Portal de Compras Públicas, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica.
 - 8.2.1. É dever do licitante de atualizar previamente as comprovações constantes do Portal de Compras Públicas, para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.



8.2.2. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Agente de Contratação lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

8.3. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas pelo Agente de Contratação, sob pena de inabilitação.

8.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

8.5. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.6. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.6.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

8.7. Os licitantes, quando solicitado, deverão encaminhar, quando solicitado, através do sistema, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

8.7.1. **HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

8.7.1.1. No caso de Empresário Individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.7.1.2. Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio (www.portaldoempreendedor.gov.br);

8.7.1.3. No caso de Sociedade Empresária ou Empresa Individual de Responsabilidade Limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

8.7.1.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

8.7.1.5. No caso de Sociedade Simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

8.7.1.6. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

8.7.1.7. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.7.2. **REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:**

8.7.2.1. CNPJ – Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso, **pertinente e compatível com o objeto desta licitação.**

8.7.2.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente à atividade empresarial objeto desta licitação. (art 68 II).

8.7.2.3. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.7.2.4. Prova de regularidade junto à Fazenda Estadual, através da Certidão Negativa conjunta junto aos Tributos Estaduais, emitida pela Secretaria da Fazenda Estadual onde a empresa for sediada.

8.7.2.5. Prova de regularidade junto à Fazenda Municipal, através da Certidão Negativa junto aos Tributos Municipais, emitida pela Secretaria da Fazenda Municipal onde a empresa for sediada.

8.7.2.6. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

8.7.2.7. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), ou Certidão Positiva com Efeito de Negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943.

8.7.2.8. Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

8.7.3. **QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**

8.7.3.1. Certidão Negativa de falência, de concordata, de recuperação judicial ou extrajudicial (Lei Federal nº 11.101/2005), expedida pelo distribuidor da sede da empresa, datado dos últimos 90 (noventa) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão.

8.7.3.1.1. Nas hipóteses em que a certidão encaminhada for positiva, deve o licitante apresentar comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do Art. 58, da Lei nº 11.101/2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

8.7.3.2. Declaração expressa pela proponente atestando que a mesma goza de boa situação financeira. Na referida declaração deverá constar a assinatura do contador da empresa com a devida identificação (modelo do anexo III).

8.7.4. **OUTRAS COMPROVAÇÕES E DECLARAÇÕES:**

8.7.4.1. Certidão Simplificada emitida pela Junta Comercial da sede da licitante onde conste o seu enquadramento como Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP) visando ao exercício dos direitos previstos nos Arts. 42 a 45 da Lei Federal Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Federal Complementar nº 147/2014, quando for o caso.

8.7.4.1.1. A Certidão ou o Certificado deverão estar **atualizados**, ou seja, emitidos a menos de **120 (cento e vinte) dias** da data marcada para a abertura da presente Licitação.

8.7.4.2. Declaração informando todos os dados (nome, cargo, CPF, endereço comercial completo, telefones, e e-mails institucional) de quem será responsável pela assinatura da Ata de Registro de Preços, caso não for o proprietário deverá encaminhar a procuração registrada lhe dando esses poderes, conforme modelo Anexo IV.

8.7.5. **COMPROVAÇÕES DE IDONEIDADE:**

8.7.5.1. **Ainda na fase de habilitação, deverão ser apresentadas pela proponente vencedora, as seguintes certidões:**

8.7.5.1.1. Consulta de Sanções no Portal da Transparência da Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta).

8.7.5.1.2. Consulta no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNIA, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

8.7.5.1.3. Consulta na Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU (contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:3).

8.7.5.1.4. Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica, mantido pelo Tribunal de Contas da União (certidoes-apf.apps.tcu.gov.br).

8.7.5.2. As consultas referentes aos **itens 8.7.5.1.1, 8.7.5.1.2 e 8.7.5.1.3**, deverão ser realizadas no **CPF do sócio majoritário** da empresa provisoriamente vencedora.

8.7.5.3. A consulta a que se refere o **item 8.7.5.1.4**, deverá ser realizada no **CNPJ da proponente vencedora**.

8.7.5.4. A consulta aos cadastros será realizada em nome da licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei Federal nº 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.7.6. A existência de restrição relativa à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

8.7.6.1. Havendo alguma restrição na comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e empresas de pequeno porte, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do momento que a proponente for declarada vencedora do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para a regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para a emissão de certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.

- 8.7.6.2. A não regularização da documentação no prazo previsto no subitem acima implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação.
- 8.7.7. No caso de apresentação de certidões das quais não conste o prazo de validade, será considerado o prazo máximo de 90 (noventa) dias, a contar da emissão dos mesmos.
- 8.7.8. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o(a) Pregoeiro(a) suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.
- 8.7.9. Será inabilitado o licitante que após todas as possibilidades informadas no item 8.1 e 8.1.2 deste edital, não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.
- 8.7.10. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Federal Complementar nº 123/2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.
- 8.7.11. Constatado o atendimento às exigências de participação e de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.
- 8.7.12. Caso a proponente seja desclassificada/inabilitada, será(ão) convocada(s) a(s) proponente(s) remanescente(s), para apresentação dos documentos de habilitação no prazo de 2 (duas) horas.
- 8.7.12.1. Tendo em vista o horário de expediente do Município, caso a solicitação ocorra após as 18 (dezoito) horas o prazo mencionado acima será até as 13 (treze) horas do próximo dia útil.
- 8.7.13. O(a) Agente de Contratação abrirá prazo, mínimo, de 10 (dez) minutos, para intenção de recuso referente ao(s) documento(s) de habilitação e documento(s) complementar(es). As intenções interpostas deverão ser motivadas/justificadas brevemente.

9. DOS RECURSOS

- 9.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo 10 (dez) minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.
- 9.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro(a) verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.
- 9.2.1. Nesse momento o(a) Pregoeiro(a) não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.
- 9.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.
- 9.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de **03 (três) dias úteis** para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros **03 (três) dias úteis**, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 9.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 9.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

10. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

- 10.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

- 10.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.
- 10.1.2. Quando houver erro na aceitação do percentual melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar a Ata de Registro de Preços, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do Art. 43, §1º da Lei Federal Complementar nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.
- 10.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.
 - 10.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”), ou e-mail, ou de acordo com a fase do procedimento licitatório.
 - 10.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no Cadastro do Portal de Compras Públicas, sendo responsabilidade do licitante de manter seus dados cadastrais atualizados.

11. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

- 11.1. Julgados os recursos, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará e homologará o procedimento licitatório.

12. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 12.1. A Ata de Registro de Preços será firmada entre o Município de Joaçaba e o vencedor da licitação, na qual consignarão os direitos e obrigações das partes, conforme minuta presente neste instrumento.
- 12.2. A empresa vencedora será convocada para assinar a Ata de Registro de Preços, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, após a notificação ou data de envio do e-mail, podendo ser prorrogado, uma ÚNICA vez por igual período, desde que a empresa apresente solicitação com justo motivo, condicionado à aceitação dos motivos pelo Município.
- 12.3. O prazo de **vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses**, a partir da última assinatura das partes, podendo ser prorrogado uma única vez, por igual período, desde que comprovada a vantagem econômica para o Município de Joaçaba e a comprovação de aceite da renovação por parte do fornecedor.
 - 12.3.1. O gestor do contrato ficará responsável por comprovar a vantajosidade da renovação da Ata e solicitar a renovação.
- 12.4. A recusa injustificada da empresa vencedora em assinar a ata, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se às penalidades legalmente estabelecidas.
- 12.5. O quantitativo total expresso no neste Edital é estimado e representa a previsão dos órgãos gerenciador e participantes, pelo prazo de vigência da Ata de Registro de Preços.
- 12.6. O preço registrado para cada item e a indicação dos respectivos fornecedores será divulgado no site oficial da Prefeitura e ficarão disponibilizados durante a vigência da Ata de Registro de Preços.
- 12.7. O fornecedor terá seu Registro cancelado quando:
 - 12.7.1. Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
 - 12.7.2. Não assinar a ata ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
 - 12.7.3. Não aceitar reduzir o preço de contrato decorrente da ata, na hipótese de se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
 - 12.7.4. Sofrer as sanções previstas nos incisos III ou IV do caput do Art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 12.8. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas nos incisos I, II e IV do caput do Art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021, será formalizado por despacho fundamentado.

- 12.9. O cancelamento do registro de preços também poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da Ata, devidamente comprovados e justificados:
- 12.9.1. Por razão de interesse público; ou
- 12.9.2. A pedido do fornecedor, conforme previsto no Decreto nº 7.892/2013, ou outro que o substitua.
- 12.10. A existência de preços registrados implica compromisso de execução nas condições estabelecidas, mas não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de execução em igualdade de condições.
- 12.11. A contratação com os fornecedores registrados, após a indicação pelo Órgão Gerenciador do registro de preços, será formalizada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento similar, conforme disposto no Art. 95, da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 12.12. A qualquer tempo, cada um dos percentuais registrados poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar os fornecedores registrados para estabelecer o novo valor.
- 12.12.1. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus percentuais aos praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.
- 12.13. A manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, conforme disposto no Art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021, será obtida mediante a solicitação da contratada ao Município de Joaçaba, através de protocolo acompanhado de documentos que comprovem a procedência do pedido, sendo que eventuais alterações deferidas serão aplicadas a partir do primeiro dia útil do mês posterior ao pedido.
- 12.14. O pedido de revisão de preços será processado e julgado pelo Órgão Gerenciador.
- 12.15. Após o interregno de 1 (um) ano, os preços atuais poderão ser reajustados, mediante a aplicação do Índice de Preços do Consumidor – INPC, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade. Será considerada a data-base vinculada à data da proposta de preços para efeitos de reajuste.
- 12.16. Conforme determinação do art. 86, § 3º da Lei Federal nº 14.133/2021, § 3º, a faculdade de aderir à ata de registro de preços na condição de não participante poderá ser exercida: I - por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, relativamente a ata de registro de preços de órgão ou entidade gerenciadora federal, estadual ou distrital; ou II - por órgãos e entidades da Administração Pública municipal, relativamente a ata de registro de preços de órgão ou entidade gerenciadora municipal, desde que o sistema de registro de preços tenha sido formalizado mediante licitação.

13. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

- 13.1. Nos termos do Art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.
- 13.1.1. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da empresa, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o Art. 119 e 120 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 13.1.2. O representante da Administração anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução dos serviços, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.
- 13.2. O Fiscal e Gestor de contratos contarão com o apoio dos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno para o desempenho das funções essenciais à execução do disposto na Lei Federal nº 14.133/2021, sempre que entender necessário.

- 13.2.1. O apoio dos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno restringir-se-á às questões formais em que pairar dúvida fundamentada do Fiscal ou Gestor de contratos.
- 13.3. O objeto licitado será recebido:
 - 13.3.1. Provisoriamente, para efeito de verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação, em até 30 (trinta) dias da comunicação escrita do contratado.
- 13.4. Constatada alguma irregularidade no serviço executado, o Município de Joaçaba poderá rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição, sem prejuízo das penalidades cabíveis.
- 13.5. As decisões e providências que ultrapassem a competência desse servidor deverão ser solicitadas ao responsável do órgão gerenciador, em tempo hábil, visando às medidas convenientes.
- 13.6. De acordo com a Seção II, Art. 13 do Decreto nº 6.764, de 09 de março de “Com vistas à otimização dos quadros de pessoal, quando não exigível pela complexidade do objeto, poderá ser dispensada a designação de gestor da Ata de registro de preços, hipótese em que o fiscal da Ata de registro de preços, designado na forma do art. 9º, desempenhará cumulativamente as atribuições dispostas nos incisos II a VII do art. 8º”.

14. DAS OBRIGAÇÕES DA PROPONENTE VENCEDORA E DA SECRETARIA

14.1. DAS OBRIGAÇÕES DA PROPONENTE VENCEDORA:

- 14.1.1. Cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;
- 14.1.2. Obedecer ao objeto e as disposições legais contratuais, prestando-os dentro dos padrões de qualidade, continuidade e regularidade;
- 14.1.3. Manter, durante toda a execução da Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 14.1.4. Implantação de programa de integridade pelo licitante vencedor, no prazo de 06 (seis) meses, em caso de licitação de grande vulto, nos termos do Art. 25, §4º da Lei Federal nº 14.133/2021;
- 14.1.5. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução dos serviços;
- 14.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 14.1.7. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão dos itens da Ata de Registro de Preços;
- 14.1.8. A inadimplência da proponente vencedora não transfere ao órgão requisitante a responsabilidade de seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do Edital;
- 14.1.9. Indenizar o órgão gerenciador quando ocorrerem danos, avarias, extravios ou inutilização de objetos da Secretaria ou terceiros;
- 14.1.10. Executar o objeto de forma a produzir o máximo de resultados, com o mínimo de transtornos para o Município;
- 14.1.11. Exigir dos órgãos requisitantes, a Solicitação e a respectiva Nota de Empenho de Despesa para a efetiva execução dos itens solicitados;
- 14.1.12. Prestar os itens solicitados e o fornecimento dos materiais pelo valor consignado na Ata de Registro de Preços, responsabilizando-se pelo pagamento de transportes, entrega de produtos, impostos e todo e qualquer encargo correlato ao fornecimento;
- 14.1.13. Efetuar a execução do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, quantidades, prazo e local constantes neste Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, procedência e prazo de validade;
- 14.1.14. Prestar os serviços ou fornecer os materiais necessários para a execução dos serviços, em estrita conformidade com as disposições e especificações deste Edital;
- 14.1.15. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, os serviços da Ata de Registro de Preços em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução;
- 14.1.16. Efetuar a troca dos produtos entregues que estiverem fora das especificações contidas neste Edital, ou em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, sem qualquer ônus para o Município;

- 14.1.17. Comunicar ao órgão requisitante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a execução dos serviços, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 14.1.18. Indicar preposto com poderes para representá-la formalmente, administrativa e operacionalmente, durante a execução da Ata de Registro de Preços;
- 14.1.19. Facilitar todas as atividades de fiscalização durante toda a vigência da Ata de registro de Preços;
- 14.1.20. Promover, com a presença do fiscal do órgão gerenciador, a verificação da execução e do fornecimento efetuado, confirmando que os serviços e os materiais estão de acordo com o solicitado;
- 14.1.21. Dar ciência por escrito ao fiscal da Ata de Registro de Preços sobre qualquer anormalidade verificada na execução dos serviços;
- 14.1.22. Verificar a qualidade dos produtos fornecidos e dos serviços prestados, procedendo a sua substituição ou adequação, quando não atenderem à qualidade, quantidade, prazo e demais condições contratadas ou quando solicitado pelo órgão requisitante;
- 14.1.23. Repor os itens, quando os mesmos, na ocasião do recebimento, apresentar defeito, estiver em desacordo com as especificações técnicas e em desacordo com a solicitação do órgão requisitante;
- 14.1.24. Atender aos chamados do órgão requisitante, visando efetuar, imediatamente, reparos em eventuais erros cometidos na execução do objeto deste Edital;
- 14.1.25. Manter todos os empregados colocados a serviço, devidamente uniformizados e munidos dos EPI's adequados, com a identificação da proponente vencedora;
- 14.1.26. Os empregados da proponente vencedora não terão relação de emprego com o Município de Joaçaba, sendo de exclusiva responsabilidade da proponente vencedora as obrigações sociais, trabalhistas e fiscais;
- 14.1.27. Cuidar para que seus empregados designados para a execução dos itens zelem pelo patrimônio público.

14.2. DAS OBRIGAÇÕES DA ÓRGÃO REQUISITANTE:

- 14.2.1. Receber os itens no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- 14.2.2. Observar para que durante a execução da Ata de Registro de Preços sejam cumpridas as obrigações assumidas pela proponente vencedora, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 14.2.3. Prestar as informações e esclarecimentos necessários que venham a ser solicitados pela licitante vencedora;
- 14.2.4. Efetuar o pagamento à proponente vencedora no valor correspondente a execução do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos, observada a ordem cronológica para cada fonte diferenciada de recursos, nos termos do Art. 141 da Lei Federal nº 14.133/2021;
- 14.2.4.1. Executar o pagamento de acordo com o quantitativo solicitados e entregue mediante a apresentação da nota fiscal emitida para este fim;
- 14.2.5. Emitir a Solicitação e a respectiva Nota de Empenho de Despesa à proponente vencedora, para que a mesma proceda a execução do objeto;
- 14.2.6. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da proponente vencedora, através de comissão/servidor especialmente designado;
- 14.2.7. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos itens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 14.2.8. Comunicar à proponente vencedora, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 14.2.9. Rejeitar, no todo ou em parte, os itens em desacordo com as exigências deste Edital e seus Anexos;
- 14.2.10. Emitir, quando da necessidade da aquisição dos itens, através do órgão requisitante, autorização para o fornecimento dos mesmos;
- 14.2.11. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela proponente vencedora com terceiros, ainda que vinculados a execução dos serviços licitados, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da proponente vencedora, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

15. DOS RECURSOS E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 15.1. Os recursos orçamentários para a presente licitação correrão por conta da dotação abaixo especificada, no valor total de **R\$ 1.722.373,40 (um setecentos e vinte e dois mil trezentos e setenta e três reais e quarenta centavos)**, cujas fontes serão:

ÓRGÃO: 08.001 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E AGRICULTURA

Despesa: **177**

Projeto Atividade: 2.035 – Manutenção da Secretaria de Infraestrutura

Dotação: 3.3.90.00.00.00.00.00

ÓRGÃO: 08.004 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E AGRICULTURA

Despesa: **61**

Projeto Atividade: 2.174 – Manutenção do Convênio da Polícia Civil

Dotação: 3.3.90.00.00.00.00.00

Despesa: **55**

Projeto Atividade: 2.084 – Manutenção do Trânsito – Polícia Militar

Dotação: 3.3.90.00.00.00.00.00

ÓRGÃO: 20.001 - FUNDO DA DEFESA CIVIL

Despesa: **312**

Projeto Atividade: 2.155 - Manutenção do Fundo da Defesa Civil

Dotação: 3.3.90.00.00.00.00.00

ÓRGÃO: 06.001 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Despesa: **95**

Projeto Atividade: 2.047 - Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental

Dotação: 3.3.90.00.00.00.00.00

Despesa: **104**

Projeto Atividade: 2.048 - Manutenção das Atividades de Educação Infantil Creche

Dotação: 3.3.90.00.00.00.00.00

Despesa: **117**

Projeto Atividade: 2.162 - Manutenção das Atividades da Educação Infantil – Pré-Escolar

Dotação: 3.3.90.00.00.00.00.00

Despesa: **112**

Projeto Atividade: 2.058 - Manutenção da Biblioteca Municipal

Dotação: 3.3.90.00.00.00.00.00

Despesa: **124**

Projeto Atividade: 2.173 - Manutenção da Secretaria de Educação

Dotação: 3.3.90.00.00.00.00.00

ÓRGÃO: 21.001 - FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO

Despesa: **76**

Projeto Atividade: 2.152 - Manutenção Centro de Referência do Idoso

Dotação: 3.3.90.00.00.00.00.00

ÓRGÃO: 12.001 - FUNDO DE ESPORTES

Despesa: **296**

Projeto Atividade: 2.201 - Manutenção da Superintendência do Esporte

Dotação: 3.3.90.00.00.00.00.00

ÓRGÃO: 23.001 – SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO, CULTURA, TURISMO E EVENTO

Despesa: **333**

Projeto Atividade: 2.187 - Manutenção da Secretaria de Comunicação, Cultura, Turismo e Evento

Dotação: 3.3.90.00.00.00.00.00

ÓRGÃO: 22.001 – SECRETARIA DE TRANSPARÊNCIA, CONTROLE E GESTÃO PUB.

Despesa: **315**

Projeto Atividade: 2.188 - Manutenção da Secretaria de Transparência, Controle e Gestão Pub.

Dotação: 3.3.90.00.00.00.00.00

ÓRGÃO: 18.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA

Despesa: **4**

Projeto Atividade: 2.121 - BLGES: Bloco de Gestão do Sus

Dotação: 3.3.90.00.00.00.00.00

Despesa: **7**

Projeto Atividade: 2.122 - BLATB: Bloco Atenção Básica

Dotação: 3.3.90.00.00.00.00.00

Despesa: **20**

Projeto Atividade: 2.124 - BLMAC: Bloco Atenção De Média E Alta Complexidade

Dotação: 3.3.90.00.00.00.00.00

Despesa: **24**

Projeto Atividade: 2.125 - Bloco de Assistência Farmacêutica

Dotação: 3.3.90.00.00.00.00.00

Despesa: **12**

Projeto Atividade: 2.123 - BLVGS: Bloco de Vigilância em Saúde

Dotação: 3.3.90.00.00.00.00.00

ÓRGÃO: 16.001 - FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL

Despesa: **5**

Projeto Atividade: 2.073 - Manutenção Proteção Social Básica

Dotação: 3.3.90.00.00.00.00.00

Despesa: **11**

Projeto Atividade: 2.119 - Manutenção Secretaria de Assistência Social

Dotação: 3.3.90.00.00.00.00.00

Despesa: **22**

Projeto Atividade: 2.215 - Manutenção Proteção Social Média

Dotação: 3.3.90.00.00.00.00.00

Despesa: **25**

Projeto Atividade: 2.216 - Manutenção Proteção Social Alta Complexidade

Dotação: 3.3.90.00.00.00.00.00

ÓRGÃO: 19.001 - FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS

Despesa: **4**

Projeto Atividade: 2.006 - Manutenção Do Fundo De Reequipamento Do Corpo De Bombeiros – Funrebom

Dotação: 3.3.90.00.00.00.00.00

ÓRGÃO: 17.001 - FUNDO DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

Despesa: **2**

Projeto Atividade: 2.088 - Manutenção dos Projetos Sociais do Município

Dotação: 3.3.90.00.00.00.00.00

Despesa: **7**

Projeto Atividade: 2.217 - Manutenção dos Projetos Sociais Governamentais

Dotação: 3.3.90.00.00.00.00.00

16. DA FORMA DE PAGAMENTO

16.1. O pagamento será efetuado, pelo Departamento de Contabilidade e Finanças do Município de Joaçaba/SC, em até 30 (trinta) dias, contados da entrega do objeto, importando os valores conforme a proposta apresentada, por item e quantidade efetivamente executada.

16.1.1. O pagamento só poderá ser efetuado após a apresentação de Nota Fiscal/Fatura atestada por servidor designado.

16.1.2. O pagamento será efetuado por meio de transferência bancária, preferencialmente, em banco público (Banco do Brasil ou Caixa), cujos dados (banco, agência, nº da conta), deverão ser informados pela proponente na Nota Fiscal.

16.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido para:

- ✓ PREFEITURA DE JOAÇABA: Av. XV de Novembro, n. 378, Centro, Joaçaba/SC. CNPJ nº 82.939.380/0001-99 (órgão gerenciador);
- ✓ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE: Rua Getúlio Vargas, n. 205, Centro, Joaçaba/SC. CNPJ nº 10.594.533/0001-00 (órgão participante);

- ✓ FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: Av. XV de Novembro, n. 378, Centro, Joaçaba/SC. CNPJ nº 02.247.113/0001-11 (órgão participante);
 - ✓ FUNDO DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA: Av. XV de Novembro, n. 378, Centro, Joaçaba/SC. CNPJ nº 05.143.014/0001-88 (órgão participante);
 - ✓ FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS – FUNREBOM: Av. Caetano Natal Branco, n. 1.242, Bairro Frei Bruno, Joaçaba /SC. CNPJ nº 78.502.598/0001-04 (órgão participante);
- 16.2.1. A Nota Fiscal deverá ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados' por ocasião da habilitação.
- 16.2.2. O proponente vencedor deverá mencionar na nota fiscal os dados bancários da empresa, uma vez que o pagamento será efetuado através de crédito bancário, bem como o número do empenho e do processo licitatório.
- 16.2.3. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município de Joaçaba do ressarcimento de qualquer prejuízo para a proponente vencedora.

17. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 17.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, o licitante/adjudicatário que:
- 17.1.1. Der causa à inexecução parcial do contrato ou instrumento equivalente;
 - 17.1.2. Der causa à inexecução parcial do contrato ou instrumento equivalente que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - 17.1.3. Der causa à inexecução total do contrato ou instrumento equivalente;
 - 17.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
 - 17.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
 - 17.1.6. Não celebrar a Ata, contrato ou instrumento equivalente ou não entregar a documentação exigida para a celebração, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - 17.1.7. Ensejar o retardamento da execução ou entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
 - 17.1.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
 - 17.1.9. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato ou instrumento equivalente;
 - 17.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - 17.1.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
 - 17.1.12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.
- 17.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
- 17.2.1. **ADVERTÊNCIA:** Quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 17.2.2. **MULTA:** Na ocorrência de atraso injustificado para assinatura do Contrato, para o início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:
- a. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato por dia de mora na assinatura deste ou atraso no início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
 - b. Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato no caso de inexecução parcial do contrato;
 - c. 30% (trinta por cento) do valor do contrato no caso de inexecução total do contrato.
- 17.2.2.1. Será configurada a inexecução total do objeto, quando:
- a. Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou entrega dos materiais, na totalidade requerida, por mais de 07 (sete) dias corridos após o recebimento pela Contratada da ordem de serviços.
 - b. Todos os serviços executados não forem aceitos pelo Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços ou entrega de materiais.
- 17.2.2.2. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado à proponente Contratada:
- a. Se o valor a ser pago à proponente Contratada não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica está obrigada a recolher a importância devida no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da comunicação oficial.

- b. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela proponente Contratada ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.
- 17.2.3. IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “17.1.2”, “17.1.3” e “17.1.4” do subitem 17.1, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 17.2.4. DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR E CONTRATAR, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “17.1.8”, “17.1.9”, “17.1.10” e “17.1.11” do subitem 17.1, bem como nas alíneas “17.1.2”, “17.1.3” e “17.1.4”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 17.3. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 17.4. Todas as sanções previstas neste Edital poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 17.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 17.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 17.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 17.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 17.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):
- a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - as peculiaridades do caso concreto;
 - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - os danos que dela provierem para o Contratante;
 - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 17.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).
- 17.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 17.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 17.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

17.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

18. DAS PENALIDADES

18.1. Nos termos dos dispositivos legais, se o licitante, convocado no prazo estipulado, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo máximo previsto na lei 14.133/21, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

18.2. O atraso injustificado no fornecimento do objeto, na prestação do serviço de forma inadequada, ou ainda, não atendimento da notificação, sujeitará a proponente vencedora à multa de mora, no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais), por dia de atraso, até o limite de 20% (vinte por cento) do valor registrado em ata.

18.3. No caso de inexecução total ou parcial do objeto, multa de 10% sobre o valor registrado em ata, a ser recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contado da comunicação oficial da decisão definitiva.

18.4. As penalidades aludidas acima não impedem que a Administração aplique as outras sanções previstas em Lei.

19. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

19.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital e/ou apresentar pedido de esclarecimento.

19.2. A impugnação e/ou pedido de esclarecimento deverá ser realizada exclusivamente por forma eletrônica no sistema www.portaldecompraspublicas.com.br.

19.3. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada no Portal de Compras Públicas no prazo de até 03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

19.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

19.5. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame, salvo quando se amolda ao Art. 55, § 1º, da Lei nº 14.133/2021.

19.5.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo(a) Pregoeiro(a), nos autos do processo de licitação.

19.6. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

19.7. As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados, bem como outros avisos de ordem geral, serão cadastradas no sítio www.portaldecompraspublicas.com.br, sendo de responsabilidade dos licitantes, seu acompanhamento.

19.8. A petição de impugnação apresentada por empresa deve ser firmada por sócio, pessoa designada para a administração da sociedade empresária, ou procurador, e vir acompanhada, conforme o caso, de estatuto ou contrato social e suas posteriores alterações, se houver, do ato de designação do administrador, ou de procuração pública ou particular (instrumento de mandato com poderes para impugnar o Edital).

20. DA PROTEÇÃO E INFORMAÇÃO DE DADOS – LGPD

- 20.1. A proponente vencedora obriga-se ao dever de proteção, confidencialidade e sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenham acesso, inclusive em razão do fornecimento ou da operação dos programas/sistemas, nos termos da Lei nº 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, determinação de órgãos reguladores e/ou fiscalizadores, durante o cumprimento do objeto descrito no presente instrumento contratual.
- 20.2. Tanto o Município de Joaçaba quanto a proponente vencedora deverão fornecer e solicitar umas às outras apenas os dados estritamente necessários ao cumprimento do presente, devendo ser realizado o tratamento adequado das informações a que tiver acesso.
- 20.3. Os dados pessoais aos quais o Município de Joaçaba tiver acesso em razão da execução da Ata de Registro de Preços não poderão ser revelados ou compartilhados com terceiros, seja mediante a distribuição de cópias, resumos, compilações, extratos, análises, estudos, encaminhamentos ou outros meios que reflitam as referidas informações, ressalvados os casos em que houver prévia autorização por escrito da Prefeitura Municipal de Joaçaba.
- 20.4. O Município de Joaçaba e a proponente vencedora ficam obrigadas a manter preposto para comunicação para os assuntos pertinentes a Lei 13.709/2018 suas alterações e regulamentações posteriores.
- 20.5. O Município de Joaçaba e a proponente vencedora deverão implementar e manter medidas técnicas/administrativas suficientes para garantir a segurança, a proteção, a confidencialidade, o sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenham acesso, evitando os acessos não autorizados, acidentes, vazamento acidentais ou ilícitos que causem destruição, perdas, alterações, comunicação ou qualquer outra forma de tratamento não autorizado.
- 20.6. O Município de Joaçaba e a proponente vencedora deverão manter sigilo sobre os dados pessoais de empregados, colaboradores, servidores ou qualquer pessoa física aos quais eventualmente tenham acesso, respeitando todos os protocolos exigidos pela Lei Federal nº 13.709/2018, bem como legislação complementar e orientações emitidas pelas ANPD (Autoridade Nacional de Proteção de Dados).
- 20.7. O Município de Joaçaba e a proponente vencedora deverão assegurar que todos os seus servidores, empregados, colaboradores, consultores, e/ou prestadores de serviços que, no exercício das suas atividades tenham acesso e/ou conhecimento da informação e/ou dos dados pessoais, respeitem o dever de proteção, confidencialidade e sigilo, alertando-os sobre as responsabilidades decorrentes do descumprimento de tal dever.
- 20.8. O Município de Joaçaba e a proponente vencedora cooperarão entre si no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos titulares previstos na LGPD e demais normas de proteção de dados, bem como no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público e Órgãos de controle administrativo, naquilo que couber.
- 20.9. O Município de Joaçaba e a proponente vencedora notificarão formalmente umas às outras, e imediatamente, a respeito de qualquer ocorrência relativa a eventual descumprimento das disposições relativas à proteção de dados pessoais que tenham relação com o objeto do presente contrato/ata, promovendo todas as ações necessárias à solução dos problemas que venham ser causados por seus empregados e/ou colaboradores.
- 20.10. Considera-se ocorrência qualquer incidente que implique em violação ou risco de violação de dados pessoais, relativo a acesso, coleta, armazenamento, tratamento, compartilhamento e eliminação de dados, que possa gerar eventuais prejuízos aos titulares e/ou questionamento das autoridades competente.
- 20.11. Eventuais responsabilidades do Município de Joaçaba e da proponente vencedora serão apuradas conforme estabelecido no contrato/ata e também de acordo com o que dispõe a legislação aplicável, observado o contraditório e a ampla defesa.

- 20.12. Em caso de ocorrência de prejuízo aos titulares de dados e/ou às partes decorrentes da não observância nas normas constantes neste termo, a parte que der causa ao prejuízo se obriga a indenizar a outra pelos danos sofridos, sejam eles de natureza patrimonial ou extrapatrimonial, sem prejuízo das sanções penais cabíveis, respeitando o contraditório e ampla defesa.
- 20.13. O dever de sigilo e confidencialidade, e as demais obrigações descritas na presente cláusula, permanecerão em mesmo vigor após a extinção das relações contratuais/editais.

21. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 21.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.
- 21.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo(a) Pregoeiro(a).
- 21.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília/DF.
- 21.4. No julgamento das propostas e da habilitação, o(a) Pregoeiro(a) poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 21.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 21.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 21.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 21.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 21.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observando os princípios da isonomia e do interesse público.
- 21.10. O licitante é o responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.
- 21.10.1. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato/ata ou do documento equivalente, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.
- 21.11. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as deste Edital.
- 21.12. A Prefeitura Municipal de Joaçaba/SC poderá revogar este Pregão por razões de interesse público decorrente de fato superveniente que constitua óbice manifesto e incontornável, ou anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, salvo quando for viável a convalidação do ato ou do procedimento viciado, desde que observados os princípios da ampla defesa e contraditório.
- 21.12.1. A anulação do Pregão induz à extinção do contrato/ata.
- 21.12.2. A anulação da licitação por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar.



- 21.13. É facultado à autoridade superior, em qualquer fase deste Pregão, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação.
- 21.14. Para os casos omissos do presente Edital aplicar-se-á o disposto na Lei 14.133/21 e suas alterações e Lei Complementar nº 123/2006.
- 21.15. O Edital está disponibilizado, na íntegra, nos endereços eletrônicos: www.portaldecompraspublicas.com.br e www.joacaba.sc.gov.br, e também poderão ser lidos e/ou obtidos no Setor de Compras e Licitações do Município de Joaçaba, situado no endereço Avenida XV de Novembro, nº 378, Centro, nos dias úteis, no horário das 13h00 às 19h00, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados, ou pelos telefones (49) 3527-8805/3527-8815/3527-8828.
- 21.16. O Foro competente para dirimir quaisquer dúvidas surgidas em decorrência desta licitação é o da Comarca de Joaçaba/SC, excluído qualquer outro por mais privilegiado que seja.
- 21.17. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 21.17.1. Anexo I – Termo de Referência;
 - 21.17.2. Anexo II – Estimativa de Preços;
 - 21.17.3. Anexo III – Modelo de Declaração de Boa Situação/Capacidade Financeira;
 - 21.17.4. Anexo IV – Modelo de Cadastro do Responsável pela Assinatura do Ata de Registro de Preços;
 - 21.17.5. Anexo V – Minuta da Ata de Registro de Preços;

Joaçaba/SC, 01 de junho de 2026.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
LUIZ CARLOS MARTIN – Secretário



**PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 125/2026/PMJ
EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 18/2026/PMJ**

**ANEXO I
ESTIMATIVA DE PREÇOS**

O Termo de Referência encontra-se anexados ao Processo Licitatório e também estão disponibilizados nos endereços eletrônicos: www.portaldecompraspublicas.com.br e www.joacaba.sc.gov.br (Transparência>Licitações>Pregão).

**PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 125/2026/PMJ**
EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 18/2026/PMJ**ANEXO II**
ESTIMATIVA DE PREÇOS

ITEM	QTDE	UN	ESPECIFICAÇÃO	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO (R\$)	VALOR TOTAL MÁXIMO (R\$)
1	1810	UND	Camiseta Temática de Evento Confeccionada em algodão penteado ou tecido misto (algodão e poliéster), com gramatura mínima de 160 g/m ² , garantindo boa respirabilidade e resistência às lavagens. Material adequado para personalização em silk screen, sublimação ou transferência térmica, mantendo fidelidade de cores e boa apresentação visual durante o evento.	44,25	80.092,50
2	1060	UND	Camiseta Souvenir / Promocional Confeccionada em algodão penteado de alta qualidade, com gramatura mínima de 180 g/m ² , garantindo maior durabilidade, toque macio e melhor acabamento estético. Indicada para ações promocionais e comercialização como souvenir turístico, permitindo estampas elaboradas e valorização da identidade visual do Município e de seus eventos.	45,67	48.410,20
3	1416	UND	Camiseta Institucional – Manga Curta Confeccionada em malha 100% algodão penteado, com gramatura mínima de 160 g/m ² , fio 30.1 ou superior, proporcionando bom conforto térmico, resistência e durabilidade. Gola careca em ribana com reforço interno e costuras reforçadas.	42,00	59.472,00
4	1425	UND	Camisa Polo Institucional Confeccionada em tecido piquet de algodão ou piquet misto (algodão/poliéster), com gramatura mínima de 200 g/m ² , proporcionando aparência mais formal, boa durabilidade e conforto. Gola estruturada, fechamento em botões e acabamento reforçado.	59,50	84.787,50
5	580	UND	Camisa masculina piquet gola polo com botão, manga curta, com bordado na frente, lado esquerdo, logo da Prefeitura Municipal de Joaçaba, tamanho 8,5x8,5 cm. Poderão ser solicitadas peças sob medida, para estas será fornecida uma peça de modelo que deverá ser retirada pela empresa na prefeitura de Joaçaba e posteriormente ser devolvida. As cores serão definidas no momento da encomenda. TAMANHOS: P, M, G, GG, EXG, EXGG e SOB MEDIDA	61,00	35.380,00
6	1222	UND	Camisa feminina piquet gola polo com botão, manga curta, com bordado na frente, lado esquerdo, logo da Prefeitura Municipal de Joaçaba, tamanho 8,5x8,5 cm. Poderão ser solicitadas peças sob medida, para estas será fornecida uma peça de modelo que deverá ser retirada pela empresa na prefeitura de Joaçaba e posteriormente ser devolvida. As cores serão definidas no momento da encomenda. TAMANHOS: P, M, G, GG, EXG, EXGG e SOB MEDIDA	63,33	77.389,26
7	1166	UND	Camisa de malha feminina - com manga curta, com logomarca da Prefeitura. O layout da logomarca será enviado posteriormente.	54,33	63.348,78



8	220	UND	Avental longo - Especificação cor preta: Tecido: Brim resistente. Modelo: Unissex com ajuste regulável. Com fechamento unilateral no pescoço com fivela ou botão de pressão e regulagem nas alças e alças laterais em torno da cintura Bolsos: 2 bolsos frontais amplos. Tamanho: Único ajustável. Medidas Altura: 78 cm, Largura: 67 cm, Alças: 66 cm (cada lado). Com a Logo da Secretaria de assistência Social, CRI e CRAS/SCFV (Logos cores, azul, verde, branco, preto e amarela). -> No valor proposto deverão estar inclusos os custos referentes à arte, bordado, criação confecção de tela e estamparia	50,33	11.072,60
9	20	UND	Avental longo - Especificações: preto. Deve ser longo e de algodão, para maior proteção e segurança do usuário. Com fechamento unilateral no pescoço com fivela ou botão de pressão e regulagem nas alças e alças laterais em torno da cintura. O avental é utilizado com objetivo de melhorar a segurança e higiene na cozinha. Seu formato longo protege as pernas contra acidentes.	49,00	980,00
10	156	UND	Camisa de malha feminina - com manga comprida, com logomarca da Prefeitura. O layout da logomarca será enviado posteriormente.	57,33	8.943,48
11	104	UND	Jaleco em tecido Oxford, 100% poliéster, gramatura 155 g/m ² , manga longa, com punho, gola V, fechado com botões, com 02 bolsos frontais, cor branca – tamanhos P, M, G, GG, EXG e sob medida	92,25	9.594,00
12	434	UND	Jaqueta ou Corta-Vento Institucional Confeccionada em tecido nylon, poliamida ou poliéster impermeável ou resistente à água, com forro interno em malha ou microfibra, proporcionando conforto térmico e proteção contra vento e chuvas leves. Acabamento com zíper reforçado, punhos ajustáveis e costuras resistentes, adequada para eventos ao ar livre e ações promocionais.	185,00	80.290,00
13	11	UND	Maleta para medicamentos nitron grande, com duas bandejas, com divisórias, que conte com trava de segurança e uma alça para transporte, nas medidas de 33cm Comprimento, 20cm Largura, 16cm Altura.	50,57	556,27
14	15	UND	Mochila Impermeável- Resistente Reforçada Grande Comprimento 37cm, Largura 20 cm, Altura 50cm. Características - Capacidade 50 Litros; - 04 Compartimentos com zíper; - 02 Bolsos laterais telados para carregar garrafa; - Alça de mão macia; - Presilha na altura do peito; - Compartimento acolchoado e independente para notebook, Antitranspirante, com vários compartimentos, Costas Acolchoadas Tipo de material Poliéster Cor Preto. BORDADOS - Bordado com o logotipo da Secretaria Municipal de Saúde, com o logotipo da Prefeitura Municipal de Joaçaba -> No valor proposto deverão estar inclusos os custos referentes à arte, bordado, criação e confecção.	206,28	3.094,20
15	1000	UND	Abadá ou Camiseta Técnica para Carnaval Confeccionada em tecido poliéster tipo dry fit, com gramatura mínima de 120 g/m ² , leve, respirável e de secagem rápida, apropriado para uso prolongado em ambientes externos e eventos de grande público. Material compatível com sublimação total ou parcial, garantindo resistência das estampas e conforto térmico aos usuários.	49,33	49.330,00



16	575	UND	Boné ou Chapéu Institucional Boné confeccionado em tecido brim, sarja ou microfibra de alta resistência, com fechamento ajustável e costuras reforçadas. Chapéu confeccionado em tecido poliéster ou algodão estruturado, com aba larga para proteção solar. Ambos adequados para personalização por bordado ou silk, garantindo durabilidade e boa apresentação.	52,67	30.285,25
17	100	UND	JAQUETA MANGA LONGA ASSISTÊNCIA SOCIAL - TAMANHOS: PP, P, M, G, GG e EG. Jaquetas impermeáveis, manga longa, com fechamento com zíper, forradas com fibra e forro em meia malha 100% algodão, cardada, sem capuz, com 02 (dois) bolsos na parte frontal inferior. Arte, confecção e slogan com bordado da Secretaria de Assistência Social em várias cores - 03 cores.	216,67	21.667,00
18	65	UND	JALECOS AUXILIAR DE SERVIÇOS INTERNOS – SOCIAL: Jalecos destinados aos auxiliares de serviços gerais da Secretaria Municipal de Assistência Social e Secretaria Municipal de Educação ESPECIFICAÇÕES: TECIDO - Tecido em Seletel 100% poliéster. COR - Branco. MANGA - Manga curta. BOLSOS - Com 02 (dois) bolsos frontais. BORDADOS - Bordado com o logotipo da Secretaria Municipal de Assistência Social/Secretaria Municipal de Educação, com o logotipo da Prefeitura Municipal de Joaçaba, bem como a descrição da função e/ou cargo. TAMANHOS - PP, P, M, G, GG, EG e EXG. *Inclusos os custos referentes à arte, bordado, criação e confecção.	95,00	6.175,00
19	20	UND	COLETE ASSISTÊNCIA SOCIAL - Arte a definir. Material: tipo Brim, zíper, acabamento viés em PV, 02 bolsos frontais, com bordados no peito e costas. Cor a definir. Tamanhos: P, M, G. Arte, confecção e slogan com bordado da Secretaria de Assistência Social. => No valor proposto deverão estar inclusos os custos referentes à arte, bordado, criação confecção de tela e estamparia.	108,33	2.166,60
20	1000	UND	CAMISETAS FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL - Para campanhas/eventos do FMAS. ARTE - arte, confecção e slogan a definir de acordo com campanha. TAMANHOS - PP, P, M, G, GG e EG. TECIDO - Malha 50% PA e 50% Algodão, com decote redondo e ribana. MANGA - Manga curta, sem ribana. CORES - cores a definir. -> No valor proposto deverão estar inclusos os custos referentes à arte, bordado, criação confecção de tela e estamparia.	51,50	51.500,00
21	700	UND	BONÉ Secretaria de assistência Social - Bonés 06 gomos, aba curva, regulador em velcro - microfibra, 100% poliéster. Cor a definir. Tamanho: Adulto e infantil. Logo da Secretaria de Assistência Social bordado. 01 Cor: azul, verde, branco, preto e amarela. => No valor proposto deverão estar inclusos os custos referentes à arte, bordado, criação confecção de tela e estamparia.	46,67	32.669,00
22	20	UND	CAMISETA GOLA POLO PARA ESTAGIÁRIO - Camisa Feminina gola polo com botão, manga curta, com bordado na frente, lado esquerdo altura do peito, logo CBMSC,	63,25	1.265,00



			tamanho 8,5 cm de diâmetro. Poderão ser solicitadas peças sob medida, onde as mesmas deveram ser entregues junto ao Batalhão do Bombeiros de Joaçaba e posterior a provação retiradas pela empresa. As cores serão definidas no momento da encomenda. (Predominando entre as cores azul e vermelha) - Tecido em meia malha, cor padrão CBMSC, Composição (Norma 20/13 e 20A/14 da AATCC) 50% algodão / 50% Poliéster; - Mangas com bainha de 2cm de largura. TAMANHOS: Do PP ao EXGG - Os detalhes da Logomarca do CBMSC serão fornecidos no momento do pedido.		
23	20	UND	CAMISETA GOLA POLO PARA ESTAGIÁRIO - Camisa Masculina gola polo com botão, manga curta, com bordado na frente, lado esquerdo altura do peito, logo CBMSC, tamanho 8,5 cm de diâmetro. Poderão ser solicitadas peças sob medida, onde as mesmas deveram ser entregues junto ao Batalhão do Bombeiros de Joaçaba e posterior a provação retiradas pela empresa. As cores serão definidas no momento da encomenda. (Predominando entre as cores azul e vermelha) - Tecido em meia malha, padrão CBMSC, Composição (Norma 20/13 e 20A/14 da AATCC) 50% algodão / 50% Poliéster; - Mangas com bainha de 2cm de largura. TAMANHOS: Do PP ao EXGG - Os detalhes da Logomarca do CBMSC serão fornecidos no momento do pedido.	63,25	1.265,00
24	100	UND	Camiseta manga curta gola redonda para Bombeiro Comunitário. - Tecido em meia malha, cor vermelha padrão CBMSC, Composição (Norma 20/13 e 20A/14 da AATCC) 50% algodão / 50% Poliéster; - Decote: redondo, em ribana (mesma cor da camiseta), com altura de 2,0cm, - Mangas e Golas com bainha de 2cm de largura. Serigrafia: - Frente: serigrafado no lado esquerdo, na altura do peito, o brasão do Programa Bombeiro, Comunitários do CBMSC, com 8,5 cm de diâmetro, nas cores padrão, localizada conforme tabela de medidas, e do lado direito na altura do peito o nome do Bombeiro Comunitário. Costas: Centralizado e em branco, serigrafia com inscrição "BOMBEIRO COMUNITÁRIO" em formato de arco e abaixo, a inscrição "SANTA CATARINA 193" em formato reto, iniciando 8,0 cm abaixo do decote (tolerância +/-1,0 cm). - Deverá ser fornecido nos tamanhos de PP ao EXGG, - Poderão ser solicitadas peças sob medida, onde as mesmas deveram ser entregues junto ao Batalhão do Bombeiros de Joaçaba e posterior a provação retiradas pela empresa. - MODELO DO BRASÃO E O MODELO E REFERENCIA DA COR SERÁ FORNECIDO NO MOMENTO DA ENCOMENDA.	52,50	5.250,00
25	95	UND	CHAPÉU AUSTRALIANO (PESCADOR) - Confeccionado em poliéster (secagem rápida), com capuz para proteção solar de nuca e orelhas com fechamento frontal em botão, com cordão (barbicacho), com 9 cm de altura e abas de aproximadamente 8,5 cm (com botões nas laterais para manter a aba elevada, se necessário), tamanho único que	51,33	4.876,35



			veste os tamanhos 56 e 58. As cores serão definidas no momento da encomenda.		
26	10	UND	Pullover unissex decote em V com punho duplo Fio Tinto HB 100% Acrílico Gramatura 2,28 . – O Mesmo com bordado na frente, lado esquerdo altura do peito com a logo do CBMSC, Poderão ser solicitadas peças sob medida, onde as mesmas deveram ser entregues junto ao Batalhão do Bombeiros de Joaçaba e posterior a provação retiradas pela empresa. Os tamanhos deverá ser do PP ao EXG as cores poderão se Azul ou Vermelha padrão CBMSC definidas no momento do pedido.	152,50	1.525,00
27	420	UND	Touca descartável - confeccionada em TNT (tecido não tecido), hipoalergênica, clipada, sanfonada com gramatura de 20 g/m ² , com 50cm de diâmetro	2,42	1.016,40
28	10002	UND	Avental descartável - com manga longa confeccionado em TNT (Tecido não tecido), com elástico nas mangas, tiras nas costas, cor branca, comprimento de 95 cm e gramatura de 20 g/m ² e tamanho único.	12,63	126.325,26
29	10	UND	Avental saia - Especificações: preto. Deve ser longo e de algodão, para maior proteção e segurança do usuário. O avental é utilizado com objetivo de melhorar a segurança e higiene na cozinha. Seu formato longo protege as pernas contra acidentes.	47,50	475,00
30	430	UND	CAMISETA MANGA CURTA - em malha tipo pv, (67% poliéster e 33% viscose) - manga curta sem punho - gola redonda com ribana - bolso frontal chapado, no lado esquerdo, estampa em serigrafia, do logotipo da Prefeitura Municipal de Joaçaba, tamanho 8,5x8,5 cm sobre o bolso - estampa serigrafada "Prefeitura Municipal de Joaçaba" nas costas, a 15 cm da gola, com 22x05 cm - linha para overlock 100% poliéster texturizado, costura reta 100% poliéster, linha na cor do tecido - confecção de primeira qualidade - fechamento lateral e colocação das mangas em overlok, bainha inferior e das mangas em galoneira. As cores serão definidas no momento da encomenda. Poderão ser solicitadas peças sob medida, para estas será fornecida uma peça de modelo que deverá ser retirada pela empresa na prefeitura de Joaçaba e posteriormente ser devolvida. TAMANHOS: P, M, G, GG, EXG, EXGG e SOB MEDIDA	47,75	20.532,50
31	200	UND	CAMISSETAS ESPORTE (conforme evento); Camisa em tecido 98,5% poliéster e 1,5% elastano, manga curta, sem punho, gola redonda pespontada, manga curta, estampa em silkscreen e/ou sublimado do logotipo da superintendência de esportes de Joaçaba e prefeitura municipal de Joaçaba, tamanho 8,5x8,5cm sobre a logo do evento (A DEFINIR) a direita. COSTAS: escrito JOAÇABA (tamanho 30x8) A cor da camisa será azul e a tonalidade definida no momento da encomenda mediante a apresentação de amostras dos tecidos. TAMANHOS: P, M, G, GG, EXG, EXGG.	60,33	12.066,00
32	200	UND	CAMISSETAS ESPORTE (conforme evento); Camisa em tecido 98,5% poliéster e 1,5% elastano, manga curta, sem punho, gola redonda pespontada, manga curta, estampa em silkscreen e/ou sublimado do logotipo da superintendência de esportes de Joaçaba e prefeitura municipal de Joaçaba, tamanho 8,5x8,5cm sobre a logo do evento a direita. COSTAS: escrito JOAÇABA (tamanho 30x8) A cor da camisa será BRANCA. TAMANHOS: P, M,	53,00	10.600,00



			G, GG, EXG, EXGG.		
33	100	UND	Jaqueta Esportes. Fechamento com zíper jacaré ate final da gola e vista embutida, frente com 2 bolsos inferiores embutidos, manga raglã com recorte e punho nº 06, com regulador lateral. Tecido Seychellis impermeável 100% poliéster - Tec Shark 100% poliéster. Alinhamento linhas de 100% poliéster, zíper jacaré, botão personalizado, ilhós e regulador lateral, elástico de 40mm; Costura interlock para fechamento de forro, gola, vista, laterais e recorte mangas colocação de vivos, e gola. Máquina reta 1 agulha para aplicação de bolsos, vista e zíper prespontos de vista, gola, bainhas e recortes mangas. Máquina botoneira pneumática para aplicação de botões e ilhós. Máquina rebatedeira para rebatimento de elástico; Pontos por centímetros 4.0 a 4.5. Obs. Carcela e gola interna na cor amarela. Recorte na cor branco tecshark branco. Detalhe 3 nos recortes na cor amarela. Bordar logo da prefeitura frente lado esquerdo 7,00 x 10,00 aproximadamente. Bordar bandeira Brasil lado direito 3 cm acima punho 7,00 x 11,00 aproximadamente. Bordar JOAÇABA na frente lado direito altura peito com 13cm na cor Branca. Ploter 4016.	240,00	24.000,00
34	200	UND	Jaqueta tecido Corta Vento Impermeável 100% poliéster, azul degrade escuro em cima, claro embaixo com logo de fundo tipo marca d'água do brasão do município na frente e nas costas. Lapela no ombro com botão, manga longa. Fechamento da mesma em zíper protegido por lapela. Dois bolsos externo frontal transversal embutido com zíper, parte inferior medindo 18cm profundidade e 17cm largura, Bordado superior frontal esquerdo a logo da Superintendência de Esportes (Esporte Joaçaba - 13c x 2a) e na direita Brasão do Município (7c x 9a), nas costas bordado o nome de Joaçaba em linha reta na cor Amarela (25comprimento x 8 altura). Tamanhos P. M.G. GG. EG.	191,67	38.334,00
35	550	UND	Regatas confeccionadas em malha Dry cooper liso 100% poliéster, tamanhos variados, cor amarela ouro, silkada frente logo nova Projeto Golfinho e costa logo Corpo de Bombeiros Santa Catarina + Emergência 193 + Logo de Apoio FIA	42,00	23.100,00

36	850	UND	<p>CAMISETAS CAMPANHAS EDUCATIVAS DE TRÂNSITO - ARTE - arte, confecção e slogan a definir de acordo com campanha. TAMANHOS - PP, P, M, G, GG e EG. TECIDO - Malha 50% PA e 50% Algodão, com decote redondo e ribana. MANGA - Manga curta, sem ribana. CORES - cores a definir. -> No valor proposto deverão estar inclusos os custos referentes à arte, bordado, criação confecção de tela, estamparia e entrega.</p>		47,25	40.162,50
37	1000	UND	<p>CAMISETAS FUNDO MUNICIPAL IDOSO - Para campanhas/eventos do FMI. ARTE - arte, confecção e slogan a definir. TAMANHOS - PP, P, M, G, GG e EG. TECIDO - Malha 50% PA e 50% Algodão, com decote redondo e ribana. MANGA - Manga curta, sem ribana. CORES - cores a definir. -> No valor proposto deverão estar inclusos os custos referentes à arte, bordado, criação confecção de tela e estamparia.</p>		49,75	49.750,00
38	30	UND	<p>JAQUETA MANGA LONGA FUNDO IDOSO - Para Fundo Municipal Idoso. TAMANHOS: PP, P, M, G, GG e EG. Jaquetas impermeáveis, manga longa, com fechamento com zíper, forradas com fibra e forro em meia malha 100% algodão, cardada, sem capuz, com 02 (dois) bolsos na parte frontal inferior. Arte, confecção e slogan com bordado da Secretaria de Assistência Social ou Centro de Referência do Idoso em várias cores - 03 cores.</p>		216,67	6.500,10
39	230	PAR	<p>Propé plástico - descartável confeccionado em polietileno de baixa ou alta densidade, em tamanho único com dimensões suficientes para cobrir os pés em suas totalidade, com acabamento em elástico na borda superior.</p>		1,70	391,00
40	80	UND	<p>Camiseta 100% poliéster Dry em sublimação, manga curta e gola redonda, cor verde bandeira com mangas camufladas, logo do PROA nas costas e logo da Polícia Militar Ambiental na frente – na frente disposta na lateral direita vertical a sigla PROA em branco/preto, além da estampa da bandeira de Santa Catarina na manga direita e</p>		54,33	4.346,40



			o símbolo PMSC na manga esquerda e a logo do município de Joaçaba.		
41	550	UND	Camiseta malha poli viscosa 65% poliéster e 35% viscosa de cor preta, manga curta normal, gola redonda, estampa em serigrafia, logo Protetores do Lar na frente centralizado (em 4 cores) em tamanhos diversos	49,25	27.087,50
42	150	UND	CALÇA INDUSTRIAL - em brim (tecido 100% algodão, amarração em sarja 3/1, peso 260 g/m ² com urdame de 40 fios, trama de 17,70 fios, pré-encolhido, com tingimento - modelo masculino sol a sol - com reforço interno, na parte da frente da coxa, do mesmo tecido da calça, com início na altura do gancho até 03 cm abaixo do joelho, em matelassê 5x5 cm aproximadamente, com costura dupla no início e final do reforço - com 2 bolsos internos na frente, modelo calça jeans tradicional, forro do mesmo tecido da calça - com 2 bolsos externos traseiros chapados, chanfrados nas extremidades. Poderão ser solicitadas peças sob medida, para estas será fornecida uma peça de modelo que deverá ser retirada pela empresa na prefeitura de Joaçaba e posteriormente ser devolvida. As cores serão definidas no momento da encomenda. TAMANHOS: 38, 40, 42, 44, 46, 48, 50, 54, 56 e SOB MEDIDA	80,00	12.000,00
43	150	UND	CAMISETA AUXILIAR DE SERVIÇOS INTERNOS adulto confeccionada em Poliéster/Algodão, com toque macio e encorpado. Contempla modelagem tradicional com mangas longas, decote redondo e barra reta com punho na manga. Na cor branca. Tamanhos PP, P, M, G, GG, EG.	42,00	6.300,00
44	1900	UND	Jalecos destinados aos funcionários da Secretaria Municipal de Saúde. especificações: tecido em Seychelles 100% poliéster, cor a definir, manga longa com punho com ribana larga, bolsos com 03 (três) frontais, bordados com logotipo da Secretaria Municipal de Saúde, com o logotipo da Prefeitura Municipal de Joaçaba, bem como a descrição da função e/ou cargo. tamanhos PP, P, M, G, GG e EXG e sob medida.	105,75	200.925,00
45	90	UND	JAQUETA DE NYLON - Com capuz removível e bolso frontal - fechamento com zíper - punho com elástico - bordado do logotipo da Prefeitura Municipal de Joaçaba, tamanho 8,5x8,5 cm frontal, lado esquerdo - bordado "Prefeitura Municipal de Joaçaba" nas costas, a 15 cm da gola, tamanho 22x05 cm. Poderão ser solicitadas peças sob medida, para estas será fornecida uma peça de modelo que deverá ser retirada pela empresa na prefeitura de Joaçaba e posteriormente ser devolvida. As cores serão definidas no momento da encomenda. TAMANHOS: P, M, G, GG, EXG, EXGG e SOB MEDIDA	241,67	21.750,30
46	80	UND	Camisa feminina piquet gola polo com botão, manga curta, estampa em serigrafia, no lado esquerdo, do brasão da Polícia Civil de Santa Catarina, tamanho 8,0x6,0 cm (AxL) - estampas serigrafadas, em ambas as mangas, sendo, na direita, a bandeira de Santa Catarina, e, na esquerda, a bandeira do Brasil, tamanhos 4,0x5,5cm (AxL), estampa serigrafada "POLÍCIA CIVIL", em 02 linhas retas, nas costas, a 15 cm da gola, com 22x05 (LxA) cm, na linha superior, e 15x05cm (LxA), na linha inferior. As cores serão definidas no momento da encomenda. TAMANHOS: P, M, G, GG, EXG, EXGG. A arte e o modelo serão fornecidos pela Polícia Civil de Joaçaba.	65,00	5.200,00
47	80	UND	Camisa masculina piquet gola polo com botão, manga	63,75	5.100,00



			curta, estampa em serigrafia, no lado esquerdo, do brasão da Polícia Civil de Santa Catarina, tamanho 8,0x6,0 cm (AxL)- estampas serigrafadas, em ambas as mangas, sendo, na direita, a bandeira de Santa Catarina, e, na esquerda, a bandeira do Brasil, tamanhos 4,0x5,5cm (AxL), estampa serigrafada "POLÍCIA CIVIL", em 02 linhas retas, nas costas, a 15 cm da gola, com 22x05 (LxA) cm, na linha superior, e 15x05cm (LxA), na linha inferior. As cores serão definidas no momento da encomenda. TAMANHOS: P, M, G, GG, EXG, EXGG. A arte e o modelo serão fornecidos pela Polícia Civil de Joaçaba.		
48	120	UND	CAMISETA MANGA LONGA - em malha tipo pv, (67% poliéster e 33% viscose) - manga longa com punho - gola redonda com ribana - estampa em serigrafia, no lado esquerdo, do brasão da Polícia Civil de Santa Catarina, tamanho 8,0x6,0 cm (AxL)- estampa serigrafada, na manga direita, com a bandeira de Santa Catarina, tamanho 4,0x5,5cm (AxL), estampa serigrafada "POLÍCIA CIVIL", em 02 linhas retas, nas costas, a 15 cm da gola, com 22x05 (LxA) cm, na linha superior, e 15x05cm (LxA), na linha inferior - estampa serigrafada, em ambas as mangas "POLÍCIA CIVIL", em uma linha, tamanho 30x05 cm (LxA) - linha para overlock 100% poliéster texturizado, costura reta 100% poliéster, linha na cor do tecido - confecção de primeira qualidade - fechamento lateral e colocação das mangas em overlok, bainha inferior e das mangas em galoneira. As cores serão definidas no momento da encomenda. TAMANHOS: P, M, G, GG, EXG, EXGG. A arte e o modelo serão fornecidos pela Polícia Civil de Joaçaba.	61,67	7.400,40
49	120	UND	CAMISETA MANGA CURTA - em malha tipo pv, (67% poliéster e 33% viscose) - manga curta sem punho - gola redonda com ribana - estampa em serigrafia, no lado esquerdo, do brasão da Polícia Civil de Santa Catarina, tamanho 8,0x6,0 cm (AxL)- estampa serigrafada, na manga direita, com a bandeira de Santa Catarina, tamanho 4,0x5,5cm (AxL), estampa serigrafada "POLÍCIA CIVIL", em 02 linhas retas, nas costas, a 15 cm da gola, com 22x05 (LxA) cm, na linha superior, e 15x05cm (LxA), na linha inferior - linha para overlock 100% poliéster texturizado, costura reta 100% poliéster, linha na cor do tecido - confecção de primeira qualidade - fechamento lateral e colocação das mangas em overlok, bainha inferior e das mangas em galoneira. As cores serão definidas no momento da encomenda. TAMANHOS: P, M, G, GG, EXG, EXGG. A arte e o modelo serão fornecidos pela Polícia Civil de Joaçaba.	51,25	6.150,00
50	50	UND	Jaqueta tecido Corta Vento 100% poliéster azul marinho lapela no ombro com botão, manga longa. Fechamento da mesma em zíper protegido por lapela. Dois bolsos externo frontal transversal embutido parte inferior medindo 18cm profundidade e 17cm largura com lapela de acabamento, um bolso externo superior frontal lado esquerdo medindo 18cm profundidade e 15cm largura com costura na vertical para colocar caneta. Um bolso externo parte superior esquerda medindo 18cm por 13cm largura. Bordado no bolso superior frontal o logo da defesa civil do município. Na manga esquerda bordado a bandeira de Santa Catarina e na manga direita a bandeira do município de Joaçaba, na costa bordado o nome da Defesa Civil em curva e o nome	173,75	8.687,50



			de Joaçaba em linha reta na cor laranja.		
51	30	UND	Colete com gola tecido corta vento 100% poliéster cor laranja forrado com o fechamento com zíper. Dois bolsos frontais superiores na vertical embutido com zíper, medindo 17cm largura e 18cm altura, dois bolsos frontais inferiores na vertical embutido com zíper medindo 20cm largura com 25cm altura. Obs: os zíperes cobertos. Bordado no peito lado esquerdo o logo da Defesa Civil e no lado direito do peito a bandeira do Município de Joaçaba, nas costas o nome Defesa Civil em curva e o nome de Joaçaba em linha reta. Elástico de regulagem na parte inferior. Faixa refletiva em volta do mesmo. Etiqueta: indicativo de número de manequim, da firma fornecedora da confecção, costurada na parte traseira interna do colarinho, informando composição do tecido e modo de lavar.	113,33	3.399,90
52	50	UND	Camiseta malha com elastano manga raglan curta com dorso em laranja e mangas em azul marinho ; decote redondo, em ribana, com altura de 2cm, aplicado em overlock com emenda na parte central das costas, com pesponto em cobertura duas agulhas bitola estreita (4,0mm); barras dorso e mangas com 2,0cm de altura, rebatida em cobertura 2 agulhas bitola (7mm); serigrafado na frente na altura do peito lado direito, logomarca da defesa civil nas cores padrão, medindo 7,5cm de largura e 7cm de altura fundo branco.. Na costa o nome da DEFESA CIVIL em curva e o nome de Joaçaba em linha reta na cor branca. Na manga esquerda a bandeira de Santa Catarina e na manga direita a bandeira do Município de Joaçaba. Serigrafia com tinta Hidroplast de boa qualidade. Etiqueta: indicativo de número de manequim, da firma fornecedora da confecção, costurada na parte traseira interna do colarinho, informando composição do tecido e modo de lavar.	58,25	2.912,50
53	30	UND	Boné de Brim Azul com 6 gomos bordado na frente o logo da Defesa Civil	46,67	1.400,10
54	50	UND	Camiseta malha com elastano manga raglan longa com dorso em laranja e mangas em azul marinho ; decote redondo, em ribana, com altura de 2cm, aplicado em overlock com emenda na parte central das costas, com pesponto em cobertura duas agulhas bitola estreita (4,0mm); barras dorso e mangas com 2,0cm de altura, rebatida em cobertura 2 agulhas bitola (7mm) com punhos sem acabamento em ribana ; serigrafado na frente na altura do peito lado direito, logomarca da defesa civil nas cores padrão, medindo 7,5cm de largura e 7cm de altura fundo branco.. Na costa o nome da DEFESA CIVIL em curva e o nome de Joaçaba em linha reta na cor branca. Na manga esquerda a bandeira de Santa Catarina e na manga direita a bandeira do Município de Joaçaba. Serigrafia com tinta Hidroplast de boa qualidade. Etiqueta: indicativo de número de manequim, da firma fornecedora da confecção, costurada na parte traseira interna do colarinho, informando composição do tecido e modo de lavar.	60,00	3.000,00
55	50	UND	CAMISETA MANGA LONGA - em malha tipo pv, (67% poliéster e 33% viscose) - manga longa com punho - gola redonda com ribana - bolso frontal chapado, no lado esquerdo, estampa em serigrafia, do logotipo da Prefeitura Municipal de Joaçaba, tamanho 8,5x8,5 cm sobre o bolso -	54,25	2.712,50



			estampa serigrafada "Prefeitura Municipal de Joaçaba" nas costas, a 15 cm da gola, com 22x05 cm - linha para overlock 100% poliéster texturizado, costura reta 100% poliéster, linha na cor do tecido - confecção de primeira qualidade - fechamento lateral e colocação das mangas em overlok, bainha inferior e das mangas em galoneira. As cores serão definidas no momento da encomenda. Poderão ser solicitadas peças sob medida, para estas será fornecida uma peça de modelo que deverá ser retirada pela empresa na prefeitura de Joaçaba e posteriormente ser devolvida. TAMANHOS: P, M, G, GG, EXG, EXGG e SOB MEDIDA		
56	50	UND	Calça - preta, de algodão e sem ser colada ao corpo. em costura francesa (método de costura dupla e reforçada), com elástico de alta tensão na cintura e em cos alto, com 02 bolsos frontais. Tamanho PP ao XXG.	86,67	4.333,50
57	200	UND	BONÉ AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE- Bonés para as Agentes Comunitárias de Saúde. 06 gomos, aba curva, regulador em velcro - microfibras, 100% poliéster. Cor a definir. Tamanho: Adulto. Logo da Estratégia da Saúde da Família bordado. 01 Cor. => No valor proposto deverão estar inclusos os custos referentes à arte, bordado, criação confecção de tela e estampa.	47,33	9.466,00
58	40	UND	BONÉ SAMU - bonés em polibrim, cor 519, modelo olímpico, logomarca SAMU 192 na frente, com bordados nas laterais direita e esquerda SAMU 192, lado direito bandeira do Brasil e lado esquerdo bandeira de Santa Catarina, regulador / com fivela. Padrão SAMU - Com estampa padrão - Cor a definir - Tamanho: Adulto - Conforme Manual do SAMU.	50,67	2.026,80
59	40	UND	Calça SAMU em RipStop unissex - É feita no material Ripstop com a composição 67% poliéster e 33% algodão, contendo 6 bolsos, 2 traseiros com lapela fechamento em velcro, 2 na lateral de coxa com lapela fechamento em velcro e 2 para descaço de mão. No cós 5 presilhas, no cós de cada lado tem 1 ajustador, cós reto, sendo assim calça com cós maior que a feminina. Na braguilha zíper de 15cm, fechamento em botam de metal. Duas faixas laterais, sendo uma vermelha e outra laranja. Contendo Joelheira, com enchimento em matelassê, logo abaixo contém faixas refletivas de 5cm de largura. Acabamento em bainha de 2,5cm.	208,16	8.326,40
60	60	UND	CAMISETAS AGENTES DE SAÚDE - Para Agentes Comunitárias de Saúde do Fundo Municipal de Saúde. Tamanhos PP, P, M, G, GG e EG e Sob medida. Cor a definir Tecido não transparente: Malha 50% PA e 50% Algodão, com decote redondo e ribana - com logotipo FMS/FMS - manga curta sem ribana. Arte, confecção e slogan com bordado da Secretaria de Saúde em várias cores - 03 cores. -> No valor proposto deverão estar inclusos os custos referentes à arte, bordado, criação confecção de tela e estampa.	52,75	3.165,00
61	30	UND	CAMISETAS AUXILIAR DE SERVIÇOS INTERNOS - Para uso no setor do FMS. ARTE - arte, confecção e slogan a definir. TAMANHOS - PP, P, M, G, GG, EG e EGG e sob medida TECIDO - Malha 50% PA e 50% Algodão, com decote	51,75	1.552,50



			redondo e ribana. MANGA - Manga curta, sem ribana. CORES - cores a definir. -> No valor proposto deverão estar inclusos os custos referentes à arte, bordado, criação confecção de tela e estamparia.		
62	50	UND	CAMISETAS DST/HIV/AIDS - Para campanha de prevenção, conscientização Programa DST/HIV/AIDS do Fundo Municipal de Saúde. ARTE - Com arte, confecção e slogan do dia Mundial da DST/AIDS (Definido conforme Governo Federal) TAMANHOS - PP, P, M, G, GG e EG TECIDO - Malha 50% PA e 50% Algodão, com decote redondo e ribana MANGA - Manga curta, sem ribana CORES - cores a definir. -> No valor proposto deverão estar inclusos os custos referentes à arte, bordado, criação confecção de tela e estamparia. CAMISETAS DST/HIV/AIDS - Para campanha de prevenção, conscientização Programa DST/HIV/AIDS do Fundo Municipal de Saúde. ARTE - Com arte, confecção e slogan do dia Mundial da DST/AIDS (Definido conforme Governo Federal) TAMANHOS - PP, P, M, G, GG e EG TECIDO - Malha 50% PA e 50% Algodão, com decote redondo e ribana MANGA - Manga curta, sem ribana CORES - cores a definir. -> No valor proposto deverão estar inclusos os custos referentes à arte, bordado, criação confecção de tela e estamparia.	57,00	2.850,00
63	600	UND	CAMISETAS FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - Para campanhas/eventos do FMS. ARTE - arte, confecção e slogan a definir. TAMANHOS - PP, P, M, G, GG e EG. e sob medida. TECIDO: não transparente - Malha 50% PA e 50% Algodão, com decote redondo e ribana. Para servidores e eventos. MANGA - Manga curta, sem ribana. CORES - cores a definir. -> No valor proposto deverão estar inclusos os custos referentes à arte, bordado, criação confecção de tela e estamparia.	55,33	33.198,00
64	100	UND	CAMISETAS PARA O CAPS Tamanhos PP, P, M, G, GG e EG. Tecido: Malha 50% PA e 50% Algodão, com decote em V com ribanas - manga curta sem ribana. Com arte e confecção a definir. -> No valor proposto deverão estar inclusos os custos referentes à arte, bordado, criação confecção de tela e estamparia.	50,67	5.067,00
65	250	UND	CAMISETAS PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA - Para campanha Saúde na Escola. TAMANHOS: PP, P, M, G, GG e EG. TECIDO: Malha 50% PA e 50% Algodão, com decote redondo e ribana - manga curta sem ribana. Cores a definir. -> No valor proposto deverão estar inclusos os custos referentes à arte, bordado, criação confecção de tela e estamparia.	46,50	11.625,00



66	60	UND	CAMISETAS SETOR DA DENGUE - Para campanhas/eventos do FMS. ARTE - arte, confecção e slogan a definir. TAMANHOS - PP, P, M, G, GG e EG. TECIDO - Malha 50% PA e 50% Algodão, com decote redondo e ribana. MANGA - Manga curta, sem ribana. CORES - cores a definir. -> No valor proposto deverão estar inclusos os custos referentes à arte, bordado, criação confecção de tela e estamparia.	46,25	2.775,00
67	300	UND	COLETE AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE – Logo da Saúde da Família e costas Agente Comunitária de Saúde. Material: tipo Tactel, zíper, acabamento viés em PV, 02 bolsos frontais. Cor a definir. Tamanho: PP, P, M, G, GG, EG e Sob Medida . Arte, confecção e slogan com bordado da Secretaria de Saúde. => No valor proposto deverão estar inclusos os custos referentes à arte, bordado, criação confecção de tela e estamparia.	108,33	32.499,00
68	15	UND	COLETE DENGUE/VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA - Arte a definir. Material: tipo BRIM, zíper, acabamento viés em PV, 03 bolsos frontais, com bordados no peito e costas. Cor a definir. Tamanhos: P, M, G, GG, EG e Sob Medida. Arte, confecção e slogan com bordado da Secretaria de Saúde. => No valor proposto deverão estar inclusos os custos referentes à arte, bordado, criação confecção de tela e estamparia.	116,25	1.743,75
69	150	UND	COLETE PARA SERVIDORES SECRETARIA DE SAÚDE – Logo da Saúde a definir. Material: tipo Seychelles 100% poliéster, zíper, acabamento viés em PV, 02 bolsos frontais. Cor a definir. Tamanho: PP, P, M, G, GG, EG e Sob Medida. Arte, confecção e slogan com bordado da Secretaria de Saúde. => No valor proposto deverão estar inclusos os custos referentes à arte, bordado, criação confecção de tela e estamparia.	105,00	15.750,00
70	20	UND	COLETE VIGILÂNCIA SANITÁRIA - Arte a definir. Material: tipo Brim, zíper, acabamento viés em PV, 02 bolsos frontais, com bordados no peito e costas. Cor a definir. Tamanhos: P, M, G, GG e Sob Medida. Arte, confecção e slogan com bordado da Secretaria de Saúde. => No valor proposto deverão estar inclusos os custos referentes à arte, bordado, criação confecção de tela e estamparia.	116,25	2.325,00
71	40	UND	Gandola Tática Samu Em Tecido Ripstop Gandola Tática SAMU em tecido RipStop, com a logomarca do SAMU bordada no peito esquerdo, costas e manga direita. Com faixas refletivas prateadas de 50mm. Com faixas laterais vermelha e laranja. com dois bolsos na altura do peito, fechado com lapela e velcro e abaixo dois bolsos tipo cargo fechados com lapela e velcro. Com cordão interno na altura da cintura para regulagem de largura e fechamento frontal com botões. Com manga removível com zíper por baixo do refletivo. botão, com ajuste na cintura.	276,00	11.040,00
72	15	UND	Jaleco em brim - tecido 100% algodão, amarração em sarja 3/1, peso 260 g/m ² com urdame de 40 fios, trama de 17,70 fios, pré-encolhido, com tingimento - manga comprida, gola V, fechado com zíper, com 02 bolsos	112,50	1.687,50



			frontais inferiores e um bolso frontal superior no lado esquerdo as cores serão definidas no momento da encomenda. Tamanhos P, M, G, GG, EXG, EXGG e Sob Medida		
73	50	UND	JALECOS CIRURGIÃO DENTISTA – AUXILIARES DE SAÚDE BUCAL- Jalecos destinados aos funcionários da Secretaria Municipal de Saúde. ESPECIFICAÇÕES: TECIDO - Gabardine com elastano 97% Poliéster 3% elastano. COR – A DEFINIR. MANGA - Manga longa com punho com ribana larga. GOLA TIPO PADRE. BOLSOS - Com 03 (três) Bolsos frontais. BORDADOS - Bordado com o logotipo da Secretaria Municipal de Saúde, com o logotipo da Prefeitura Municipal de Joaçaba, bem como a descrição da função e/ou cargo. TAMANHOS - PP, P, M, G, GG e EG e Sob medida (8). -> No valor proposto deverão estar inclusos os custos referentes à arte, bordado, criação e confecção.	105,75	5.287,50
74	30	UND	JALECOS AUXILIAR DE SERVIÇOS INTERNOS – SAÚDE: Jalecos destinados aos auxiliares de serviços gerais da Secretaria Municipal de Saúde e ESF's. ESPECIFICAÇÕES: TECIDO - Tecido em Seletel 100% poliéster. COR – a definir. MANGA - Manga curta. BOLSOS - Com 02 (dois) bolsos frontais. BORDADOS - Bordado com o logotipo da Secretaria Municipal de Saúde, com o logotipo da Prefeitura Municipal de Joaçaba, bem como a descrição da função e/ou cargo. TAMANHOS - PP, P, M, G, GG, EG e EXG e sob medida. Inclusos os custos referentes à arte, bordado, criação e confecção.	95,00	2.850,00
75	100	UND	JALECOS destinados aos funcionários da Secretaria Municipal de Saúde e Secretaria Municipal de Educação ESPECIFICAÇÕES: TECIDO - Tecido em Gabardine com elastano 97% Poliéster 3% elastano. COR – a definir. MANGA - Manga longa com punho com ribana larga. BOLSOS - Com 03 (três) Bolsos frontais. BORDADOS - Bordado com o logotipo da Secretaria Municipal de Saúde/Secretaria Municipal de Educação, com o logotipo da Prefeitura Municipal de Joaçaba, bem como a descrição da função e/ou cargo. TAMANHOS - PP, P, M, G, GG e EG e Sob medida -> No valor proposto deverão estar inclusos os custos referentes à arte, bordado, criação e confecção.	98,75	9.875,00
76	100	UND	Jalecos servidores Secretaria Municipal de Saúde e ESF's. Especificações: tecido em seletel 100% poliéster. cor a definir, manga longa com punho com ribana larga, bolsos com 03 (três) frontais, bordados com logotipo da Secretaria Municipal de Saúde, com o logotipo da Prefeitura Municipal de Joaçaba, bem como a descrição da função e/ou cargo. tamanhos PP, P, M, G, GG e EXG e sob medida. No valor proposto deverão estar inclusos os custos referentes à arte, bordado, criação e confecção.	96,25	9.625,00
77	40	UND	JAQUETA COM MANGA LONGA SAMU - Padrão conforme manual do SAMU - Cor Azul Marinho. Manta	273,50	10.940,00



			interna, forro em nylon, confeccionada em nylon resinado (dupla resina), com emblema do SAMU 192 nas costas, na frente altura do peito e na manga direita, faixa refletiva 3M, 5cm, na frente na horizontal, nas mangas altura dos cotovelos e atrás duas faixas na vertical, fechada em zíper plástico grosso na frente, sem capuz, 02 (dois) bolsos na parte frontal inferior, fechamento com lapela e velcro. TAMANHOS: PP, P, M, G, GG, EG. => No valor proposto deverão estar inclusos os custos referentes à arte, bordado, criação confecção de tela e estampa.		
78	80	UND	JAQUETA MANGA LONGA AGENTES DE SAÚDE - Para Agentes Comunitárias de Saúde do Fundo Municipal de Saúde. TAMANHOS: PP, P, M, G, GG e EG. Jaquetas impermeáveis, manga longa, com fechamento com zíper, forradas com fibra e forro em meia malha 100% algodão, cardada, sem capuz, com 02 (dois) bolsos na parte frontal inferior. Arte, confecção e slogan com bordado da Secretaria de Saúde em várias cores - 03 cores.	211,67	16.933,60
79	100	UND	JAQUETA MANGA LONGA - Jaquetas impermeáveis, manga longa, com fechamento com zíper, punho com elástico, forradas com fibra e forro em meia malha 100% algodão, cardada, sem capuz, com 02 (dois) bolsos na parte frontal inferior. Arte, confecção e slogan com bordado "Prefeitura de Joaçaba", tamanho 8,5x8,5 cm frontal, lado esquerdo, em várias cores. As cores serão definidas no momento da encomenda. TAMANHOS: P, M, G, GG, EXG, EXGG e SOB MEDIDA	216,67	21.667,00
80	40	UND	JAQUETA SAMU IMPERMEAVEL -Padrão conforme manual do SAMU Jaqueta do Samu cor azul marinho, confeccionada em nylon impermeável com capuz embutido na gola; com enchimento em fibra sintética e forrada em poli viscose; fechamento frontal com zíper e lapela corta vento fixada com velcro; com dois bolsos frontais fechados com lapela e dois bolsos tipo faca; com faixas refletivas 5cm nas mangas, costas e frente; faixas vermelha e laranja nas mangas; ajuste do punho com elástico; elástico na barra; personalizado com a Logo do SAMU estampa/serigrafado no peito esquerdo e manga direita dimensões aproximadas: 7,5x5,0cm; tamanhos PP, P, M, G, GG e Sob Medida.	341,63	13.665,20
81	50	UND	MACACÃO PADRÃO "SAMU 192", Características: confeccionado em tecido pré-encolhido, rip stop profissional na cor azul marinho, padrão 519 da escala Pantone; costuras duplas e reforçadas; Dois bolsos tipo faca interno frontal; bolsos laterais (perna esquerda e direita) com lapela presa com velcro; Reforço nos joelhos; Gola tipo padre com fechamento em velcro; Faixas refletivas de 5cm, nas mangas, pernas, costas e frente; Faixa laranja e vermelha nas mangas e pernas. Manga longa com acabamento corte reto nos punhos, com lingueta reguladora com velcro; Abertura frontal com aplicação de zíper reforçado, com lapela corta vento fixada com velcro; Na cintura, elástico com 4cm de largura com aproximadamente 20 cm de comprimento (sentido horizontal) e lingueta reguladora, logo após término do elástico, das costas para frente, presa por velcro (de forma	486,40	24.320,00



			que a peça possa ser ajustada na cintura); Dois bolsos atrás, com lapela presa com velcro; Com bordado da logomarca SAMU 192, no peito esquerdo, manga direita e costas; Manga esquerda com bordado da bandeira do Estado sede do serviço e identificação do Município. Com aplicação de velcro no peito (lado esquerdo, acima da logomarca SAMU 192) para fixação de tarjeta de identificação de nome e tipo sanguíneo, medindo 12cm de comprimento por 2,5cm de altura. Aplicação de velcro nas costas (acima da logomarca SAMU 192) para fixação de tarjeta de identificação de função, medindo 20cm de comprimento por 5cm de altura. Disponível nos tamanhos PP, P, M, G, GG, EG e EGG.		
82	4	UND	MOCHILAS ATENDIMENTO SAMU - Kit composto por 04 mochilas térmicas para acondicionar materiais, principalmente medicamentos e equipamentos necessários ao atendimento móvel por parte dos socorristas do SAMU. Cada mochila deverá ser confeccionada em cor diversa da outra, afim de diferenciar os materiais a serem acondicionados em cada uma delas, ou seja, o kit deverá ser composto por 01 mochila de cor azul, 01 mochila de cor laranja, 01 mochila de cor verde e 01 mochila de cor vermelha. Confeccionada em tecido tipo Cordura, com revestimento térmico tipo Izo-manta, forro interno na cor cinza em Nylon 70, bolso e divisórias internas com fechamento em zíper, dispositivos em elásticos para armazenar diversos materiais e medicamentos. Fechos e zíper de nylon cor preta. Alças resistentes e forradas para transporte nas costas e de mão, em nylon cor preta. Com pegador de mão. Faixa refletiva	444,50	1.778,00
83	60	UND	PASTA (BOLSA) PERSONALIZADA para Agentes Comunitário de Saúde, Agente da Dengue e Vigilância Sanitária Pasta confeccionada em poliéster 900 impermeável extremamente resistente. Com duas repartições grandes com fechamento em zíper número 8. Um bolso frontal confeccionado no mesmo material, medindo C30cm x A22cm x P3cm com porta utensílios (celular, caneta, etc), fechamento com zíper número 8. Duas alças de mão, com uma alça inferior de reforço, confeccionadas com cadaço de polipropileno 40mm. Uma alça longa transversal removível com ombreira, confeccionada com cadaço de polipropileno 40mm, com um regulador de níquel, dois mosquetões e duas argolas de níquel. Código/SKU: 1000 Cor a definir Tipo de personalização para este produto: bordado. Medida: C39cm x A29cm x P12cm Material: Poliéster 900.No valor proposto deverão estar inclusos os custos referentes à arte, bordado, criação confecção de tela e estamparia.	200,55	12.033,00
84	40	UND	Tarjeta de identificação (nome + grupo sanguíneo) bordado Samu. Frente: Tarjas menores, frequentemente 12cm x 2,5cm, com nome e grupo sanguíneo. Material: Bordado com velcro, com letras em caixa alta, geralmente na cor branca ou a definir.	23,97	958,80
TOTAL				R\$ 1.722.373,40	



**PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 125/2026/PMJ
EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 18/2026/PMJ**

ANEXO III
MODELO DE DECLARAÇÃO DE BOA SITUAÇÃO/CAPACIDADE FINANCEIRA

Eu _____, contador(a) inscrito(a) no CRC nº _____, estado de _____, **DECLARO** sob as penas da lei, que a empresa _____, sediada no endereço _____, nº _____, Bairro _____, da cidade _____ - _____, goza de boa capacidade financeira necessária para o bom funcionamento da empresa.

Declaro, ainda, que a qualquer tempo, desde que solicitado pelo licitador, nos comprometemos em apresentar todos os documentos ou informações que comprovarão as demonstrações.

_____, ____ de _____ de 2026.

NOME DO CONTADOR DA EMPRESA
ASSINATURA
CRC nº xxxxxxxx



PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 125/2026/PMJ
EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 18/2026/PMJ

ANEXO IV

MODELO DE CADASTRO DO RESPONSÁVEL PELA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

OBJETO: Registro de Preços para a aquisição, de forma eventual e futura, de aquisição de vestimentas especializadas para utilização pelos servidores das diversas secretarias e órgãos vinculados à Administração Pública Municipal de Joaçaba/SC.

ORGÃO GERENCIADOR: Município de Joaçaba, através da Secretaria de Gestão Administrativa e Financeira.

EMPRESA: _____

CNPJ: _____

Endereço: _____ N. _____, complemento: _____,

Bairro: _____, Município de _____ - Estado _____.

Telefones/DDD: _____

Email: _____

DADOS DO RESPONSÁVEL PELA ASSINATURA DO ATA:

Nome Completo: _____

CPF: _____

Cargo: _____

Assinatura digital: () SIM () NÃO

_____, ____ de _____ de 2026.

Nome, CPF, cargo e assinatura do representante legal

OBSERVAÇÕES:

1. A declaração deverá ser apresentada em papel timbrado da empresa.
2. Caso o responsável pela assinatura da Ata não seja o proprietário, deverá encaminhar a procuração registrada válida e lhe dando esses poderes.



PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 125/2026/PMJ
EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 18/2026/PMJ

ANEXO V
MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. ____/2026

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA/SC, por intermédio da **SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA** na qualidade de **CONTRATANTE**, com sede à Avenida XV de Novembro, 378, inscrito no CNPJ/MF sob nº 82.939.380/0001-99, na qualidade de **ÓRGÃO GERENCIADOR**, considerando o julgamento do Pregão Eletrônico n. 18/2026/PMJ – Processo Licitatório n. 125/2026/PMJ, RESOLVE registrar os preços da Empresa _____, na qualidade de **DETENTORA**, inscrita no CNPJ/MF sob o n. _____ estabelecida na _____, Bairro _____, no Município de _____/_____, neste ato representada pelo(a) Sr(a). _____, inscrito(a) no CPF sob o nº _____.xxx.xxx-____, de acordo com a classificação por ela alcançada e, nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei Federal n. 14.133/21, Lei Complementar n. 123/2006 e suas alterações, Decreto Federal nº 10.024/2019, dentre outras cominações legais, e, em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

A presente licitação tem por objeto o Registro de Preços para a aquisição, de forma eventual e futura, de vestimentas especializadas para utilização pelos servidores das diversas secretarias e órgãos vinculados à Administração Pública Municipal de Joaçaba/SC.

2. DA FORMA DE EXECUÇÃO

- 2.2.1. Os itens, objeto desta licitação, deverão ser cotados e entregues, respectivamente, de acordo com as especificações do **anexo II** deste Edital.
- 2.2.2. A detentora estará ciente de que os pedidos poderão ser realizados em quantidades fracionadas, podendo o órgão gerenciador adquirir quantidades mínimas dos itens registrados, de acordo com a demanda de cada órgão requisitante, a qualquer momento, dentro da vigência da Ata de Registro de Preços.
- 2.2.3. O Município não se obriga a contratar das proponentes vencedoras, podendo realizar licitação específica para a contratação total ou parcial do objeto, hipóteses em que, em igualdade de condições, o beneficiário do registro terá sempre preferência.
- 2.2.4. Havendo a necessidade dos materiais ou serviços, o órgão requisitante emitirá a Solicitação e a respectiva Nota de Empenho de Despesa, as quais serão encaminhadas à detentora.
- 2.2.5. A detentora deverá responsabilizar-se pelo envio, frete do material e/ou realização dos serviços solicitados, buscando o fiel cumprimento dos pedidos efetuados e, ainda, obedecer ao objeto do presente termo de referência e as disposições legais contratuais, prestando-os dentro dos padrões de qualidade, continuidade e regularidade.
- 2.2.6. A detentora deverá proceder à entrega dos materiais no local indicado, sem custos adicionais para o órgão solicitante, em até 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data do recebimento da Solicitação e a respectiva Nota de Empenho de Despesa.



- 2.2.7. Os produtos fornecidos deverão ser de 1ª qualidade e estar de acordo com as normas e legislação pertinentes para cada um e apresentar as características originais do fabricante. Não serão aceitos produtos fora das especificações originais.
- 2.2.8. Por ocasião do recebimento dos produtos, o órgão requisitante, por intermédio de servidor designado, reserva-se no direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações do objeto licitado, estando a detentora obrigada a promover a devida substituição, observando-se os prazos contratuais.
- 2.2.9. Caso os produtos sejam recusados ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.
- 2.2.10. O aceite dos produtos não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade ou de qualidade dos mesmos, ou por desacordo com as especificações estabelecidas neste documento, verificadas posteriormente.
- 2.2.11. Constatado o fornecimento de produtos de má qualidade, o órgão requisitante poderá utilizar-se do disposto na Lei 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor.
- 2.2.12. Nos termos do art. 21 do Decreto Municipal nº 4.388/2013, durante a vigência, a Ata de Registro de Preços proveniente deste processo, poderá ser utilizada por qualquer órgão da Administração Municipal que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem e em conformidade com o disposto no § 4º do art. 21 do mesmo diploma legal.
- 2.2.13. Caberá ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços verificar junto a detentora a capacidade de fornecimento pelo órgão ou entidade aderente.
- 2.2.14. Caberá a detentora, observadas as condições estabelecidas neste instrumento, optar pela aceitação do fornecimento ao órgão ou entidade aderente até o limite de 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados, desde que este fornecimento não venha a prejudicar as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador.
- 2.2.15. Fica estabelecido como limite às adesões por órgãos não participantes do Registro de Preços o quádruplo do quantitativo de cada item registrado neste instrumento

3. DO PRAZO DE VIGÊNCIA

- 3.1. O prazo de **vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses**, a partir da última assinatura das partes, podendo ser prorrogado uma única vez, por igual período, desde que comprovada a vantagem econômica para o Município de Joaçaba e a comprovação de aceite da renovação por parte do fornecedor.
- 3.1.1. O gestor do contrato ficará responsável por comprovar a vantajosidade da renovação da Ata e solicitar a renovação.
- 3.2. Todos os prazos são em dias corridos e em sua contagem excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o dia do vencimento.

4. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

- 4.1. Os preços registrados, as especificações do objeto e as demais condições ofertadas na Proposta são as que seguem:

ITEM	QTDE	UN	ESPECIFICAÇÃO	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO (R\$)	VALOR TOTAL MÁXIMO (R\$)



					TOTAL

4.2. Nos preços estão inclusos os custos de eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, encargos sociais, taxas, seguros, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, diárias, hospedagem, alimentação, fretes e quaisquer outros que incidam sobre a contratação ou decorrentes da mesma.

5. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.1. O pagamento será efetuado, pelo Departamento de Contabilidade e Finanças do Município de Joaçaba/SC, em até 30 (trinta) dias, contados da entrega do objeto, importando os valores conforme a proposta apresentada, por item e quantidade efetivamente executada.

5.1.1. O pagamento só poderá ser efetuado após a apresentação de Nota Fiscal/Fatura atestada por servidor designado.

5.1.2. O pagamento será efetuado por meio de transferência bancária, preferencialmente, em banco público (Banco do Brasil ou Caixa), cujos dados (banco, agência, nº da conta), deverão ser informados pela proponente na Nota Fiscal.

5.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido para:

- ✓ PREFEITURA DE JOAÇABA: Av. XV de Novembro, n. 378, Centro, Joaçaba/SC. CNPJ nº 82.939.380/0001-99 (órgão gerenciador);
- ✓ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE: Rua Getúlio Vargas, n. 205, Centro, Joaçaba/SC. CNPJ nº 10.594.533/0001-00 (órgão participante);
- ✓ FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: Av. XV de Novembro, n. 378, Centro, Joaçaba/SC. CNPJ nº 02.247.113/0001-11 (órgão participante);
- ✓ FUNDO DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA: Av. XV de Novembro, n. 378, Centro, Joaçaba/SC. CNPJ nº 05.143.014/0001-88 (órgão participante);
- ✓ FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS – FUNREBOM: Av. Caetano Natal Branco, n. 1.242, Bairro Frei Bruno, Joaçaba /SC. CNPJ nº 78.502.598/0001-04 (órgão participante);

5.2.1. A Nota Fiscal deverá ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.

5.2.2. A detentora deverá mencionar na nota fiscal os dados bancários da detentora, uma vez que o pagamento será efetuado através de crédito bancário, bem como o número do empenho e do processo licitatório.

5.2.3. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município de Joaçaba do ressarcimento de qualquer prejuízo para a detentora.

6. DO REAJUSTAMENTO, REPACTUAÇÃO, REVISÃO, SUPRESSÕES E ACRÉSCIMOS

6.1. A qualquer tempo, cada um dos preços registrados poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar as detentoras para estabelecer o novo valor.

6.2. A manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, conforme disposto no Art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021, será obtida mediante a solicitação da contratada ao Município de Joaçaba, através de protocolo acompanhado de documentos que comprovem a procedência do pedido, sendo que eventuais alterações deferidas serão aplicadas a partir do primeiro dia útil do mês posterior ao pedido.

6.3. O pedido de revisão de preços será processado e julgado pelo Órgão Gerenciador.

6.4. Após o interregno de 1 (um) ano, os preços atuais poderão ser reajustados, mediante a aplicação do Índice de Preços do Consumidor – INPC, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade. Será considerada a data-base vinculada à data da proposta de preços para efeitos de reajuste.

6.5. As detentoras que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

7. DA DESPESA

7.1. As despesas decorrentes desta Ata correrão por conta das seguintes dotações:

ÓRGÃO: 08.001 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E AGRICULTURA

Despesa: **177**

Projeto Atividade: 2.035 – Manutenção da Secretaria de Infraestrutura

Dotação: 3.3.90.00.00.00.00.00

ÓRGÃO: 08.004 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E AGRICULTURA

Despesa: **61**

Projeto Atividade: 2.174 – Manutenção do Convênio da Polícia Civil

Dotação: 3.3.90.00.00.00.00.00

Despesa: **55**

Projeto Atividade: 2.084 – Manutenção do Trânsito – Polícia Militar

Dotação: 3.3.90.00.00.00.00.00

ÓRGÃO: 20.001 - FUNDO DA DEFESA CIVIL

Despesa: **312**

Projeto Atividade: 2.155 - Manutenção do Fundo da Defesa Civil

Dotação: 3.3.90.00.00.00.00.00

ÓRGÃO: 06.001 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Despesa: **95**

Projeto Atividade: 2.047 - Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental

Dotação: 3.3.90.00.00.00.00.00

Despesa: **104**

Projeto Atividade: 2.048 - Manutenção das Atividades de Educação Infantil Creche

Dotação: 3.3.90.00.00.00.00.00

Despesa: **117**

Projeto Atividade: 2.162 - Manutenção das Atividades da Educação Infantil – Pré-Escolar

Dotação: 3.3.90.00.00.00.00.00

Despesa: **112**

Projeto Atividade: 2.058 - Manutenção da Biblioteca Municipal

Dotação: 3.3.90.00.00.00.00.00

Despesa: **124**

Projeto Atividade: 2.173 - Manutenção da Secretaria de Educação

Dotação: 3.3.90.00.00.00.00.00

ÓRGÃO: 21.001 - FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO

Despesa: **76**

Projeto Atividade: 2.152 - Manutenção Centro de Referência do Idoso

Dotação: 3.3.90.00.00.00.00.00

ÓRGÃO: 12.001 - FUNDO DE ESPORTES

Despesa: **296**

Projeto Atividade: 2.201 - Manutenção da Superintendência do Esporte

Dotação: 3.3.90.00.00.00.00.00

ÓRGÃO: 23.001 – SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO, CULTURA, TURISMO E EVENTO

Despesa: **333**

Projeto Atividade: 2.187 - Manutenção da Secretaria de Comunicação, Cultura, Turismo e Evento

Dotação: 3.3.90.00.00.00.00.00

ÓRGÃO: 22.001 – SECRETARIA DE TRANSPARÊNCIA, CONTROLE E GESTÃO PUB.

Despesa: **315**

Projeto Atividade: 2.188 - Manutenção da Secretaria de Transparência, Controle e Gestão Pub.

Dotação: 3.3.90.00.00.00.00.00

ÓRGÃO: 18.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA

Despesa: **4**

Projeto Atividade: 2.121 - BLGES: Bloco de Gestão do Sus

Dotação: 3.3.90.00.00.00.00.00

Despesa: **7**

Projeto Atividade: 2.122 - BLATB: Bloco Atenção Básica

Dotação: 3.3.90.00.00.00.00.00

Despesa: **20**

Projeto Atividade: 2.124 - BLMAC: Bloco Atenção De Média E Alta Complexidade

Dotação: 3.3.90.00.00.00.00.00

Despesa: **24**

Projeto Atividade: 2.125 - Bloco de Assistência Farmacêutica

Dotação: 3.3.90.00.00.00.00.00

Despesa: **12**

Projeto Atividade: 2.123 - BLVGS: Bloco de Vigilância em Saúde

Dotação: 3.3.90.00.00.00.00.00

ÓRGÃO: 16.001 - FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL

Despesa: **5**

Projeto Atividade: 2.073 - Manutenção Proteção Social Básica

Dotação: 3.3.90.00.00.00.00.00

Despesa: **11**

Projeto Atividade: 2.119 - Manutenção Secretaria de Assistência Social

Dotação: 3.3.90.00.00.00.00.00

Despesa: **22**

Projeto Atividade: 2.215 - Manutenção Proteção Social Média

Dotação: 3.3.90.00.00.00.00.00

Despesa: **25**

Projeto Atividade: 2.216 - Manutenção Proteção Social Alta Complexidade

Dotação: 3.3.90.00.00.00.00.00

ÓRGÃO: 19.001 - FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS

Despesa: **4**

Projeto Atividade: 2.006 - Manutenção Do Fundo De Reequipamento Do Corpo De Bombeiros – Funrebom

Dotação: 3.3.90.00.00.00.00.00

ÓRGÃO: 17.001 - FUNDO DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

Despesa: **2**

Projeto Atividade: 2.088 - Manutenção dos Projetos Sociais do Município

Dotação: 3.3.90.00.00.00.00.00

Despesa: **7**

Projeto Atividade: 2.217 - Manutenção dos Projetos Sociais Governamentais

Dotação: 3.3.90.00.00.00.00.00

7.2. Em cada requisição deverá constar o número da dotação orçamentária onerada para seu atendimento, sendo que a referida requisição somente poderá ser emitida após a confirmação, junto ao Departamento de Contabilidade, da disponibilidade financeira para o procedimento.

8. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

8.1. O órgão gerenciador e o órgão participante, através do(s) servidor(es) abaixo designados, acompanhará(ão) e fiscalizará(ão) a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados:

- ✓ SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E AGRICULTURA: Wesley Flores Perguer
- ✓ DEFESA CIVIL: Luci Heberle
- ✓ POLICIA CIVIL: Magali Vanin e Sarah Polliana Soares Anderson
- ✓ SECRETARIA DA EDUCAÇÃO: Caroline Klauz e Angela Lockstein
- ✓ FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO: Rosilei Bordin Lago



- ✓ TRÂNSITO: Matheus Felipe Surdi
- ✓ FUNDO DE ESPORTES: Julio Valecio Ferreira
- ✓ SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO, CULTURA, TURISMO E EVENTOS: Vinicius Tanello Carrel
- ✓ CASA DA CULTURA: Luciana Pereira Tesser
- ✓ SECRETARIA DE TRANSPARÊNCIA, CONTROLE E GESTÃO PUB: Michelli Dacheri
- ✓ FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE: Leila Paula Nora
- ✓ FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: Edoardo Trindade dos Santos e Nicolly Mattana
- ✓ FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIRO: Leocir José Parizotto
- ✓ FUNDO DA INFANCIA E ADOLESCENCIA: Nicolly Matana e Eliseo Bortoli

8.1.2. A fiscalização de que trata o subitem acima, não exclui nem reduz a responsabilidade da detentora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o Art. 119 e 120 da Lei Federal nº 14.133/2021.

8.1.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da Ata, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

8.2. De acordo com a Seção II, Art. 13 do Decreto nº 6.764, de 09 de março de 2023 "Com vistas à otimização dos quadros de pessoal, quando não exigível pela complexidade do objeto, poderá ser dispensada a designação de gestor do contrato/Ata, hipótese em que o fiscal do contrato/Ata, designado na forma do art. 9º, desempenhará cumulativamente as atribuições dispostas nos incisos II a VII do art. 8º".

8.3. A Gestão deste contrato/Ata será realizada por: **Cheila Albani**.

8.4. O Fiscal e Gestor de contratos/Ata contarão com o apoio dos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno para o desempenho das funções essenciais à execução do disposto na Lei Federal nº 14.133/2021, sempre que entender necessário.

8.4.2. O apoio dos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno restringir-se-á às questões formais em que pairar dúvida fundamentada do Fiscal ou Gestor de contratos/Atas.

8.5. O objeto licitado será recebido:

8.5.2. Definitivamente, para efeito de verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação, em até 30 (trinta) dias da comunicação escrita da Detentora.

8.6. Os serviços a serem executados deverão estar em conformidade com a legislação vigente, assim como atender eficazmente às finalidades que deles naturalmente se esperam, conforme determina o Código de Defesa do Consumidor.

8.7. Constatada alguma irregularidade no objeto executado, o órgão gerenciador poderá rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

9. DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA E DO ORÇÃO GERENCIADOR

9.1. DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA:

9.1.2. Cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

9.1.3. Obedecer ao objeto e as disposições legais contratuais, prestando-os dentro dos padrões de qualidade, continuidade e regularidade;

9.1.4. Manter, durante toda a execução da Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9.1.5. Implantação de programa de integridade pelo licitante vencedor, no prazo de 06 (seis) meses, em caso de licitação de grande vulto, nos termos do Art. 25, §4º da Lei Federal nº 14.133/2021;

9.1.6. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução dos serviços;

9.1.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.1.8. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão dos itens da Ata de Registro de Preços;



- 9.1.9. A inadimplência da detentora não transfere ao órgão requisitante a responsabilidade de seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do Edital;
- 9.1.10. Indenizar o órgão gerenciador quando ocorrerem danos, avarias, extravios ou inutilização de objetos da Secretaria ou terceiros;
- 9.1.11. Executar o objeto de forma a produzir o máximo de resultados, com o mínimo de transtornos para o Município;
- 9.1.12. Exigir dos órgãos requisitantes, a Solicitação e a respectiva Nota de Empenho de Despesa para a efetiva execução dos itens solicitados;
- 9.1.13. Prestar os itens solicitados e o fornecimento dos materiais pelo valor consignado na Ata de Registro de Preços, responsabilizando-se pelo pagamento de transportes, entrega de produtos, impostos e todo e qualquer encargo correlato ao fornecimento;
- 9.1.14. Efetuar a execução do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, quantidades, prazo e local constantes neste Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, procedência e prazo de validade;
- 9.1.15. Prestar os serviços ou fornecer os materiais necessários para a execução dos serviços, em estrita conformidade com as disposições e especificações deste Edital;
- 9.1.16. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, os serviços da Ata de Registro de Preços em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução;
- 9.1.17. Efetuar a troca dos produtos entregues que estiverem fora das especificações contidas neste Edital, ou em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, sem qualquer ônus para o Município;
- 9.1.18. Comunicar ao órgão requisitante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a execução dos serviços, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 9.1.19. Indicar preposto com poderes para representá-la formalmente, administrativa e operacionalmente, durante a execução da Ata de Registro de Preços;
- 9.1.20. Facilitar todas as atividades de fiscalização durante toda a vigência da Ata de registro de Preços;
- 9.1.21. Promover, com a presença do fiscal do órgão gerenciador, a verificação da execução e do fornecimento efetuado, confirmando que os serviços e os materiais estão de acordo com o solicitado;
- 9.1.22. Dar ciência por escrito ao fiscal da Ata de Registro de Preços sobre qualquer anormalidade verificada na execução dos serviços;
- 9.1.23. Verificar a qualidade dos produtos fornecidos e dos serviços prestados, procedendo a sua substituição ou adequação, quando não atenderem à qualidade, quantidade, prazo e demais condições contratadas ou quando solicitado pelo órgão requisitante;
- 9.1.24. Repor os itens, quando os mesmos, na ocasião do recebimento, apresentar defeito, estiver em desacordo com as especificações técnicas e em desacordo com a solicitação do órgão requisitante;
- 9.1.25. Atender aos chamados do órgão requisitante, visando efetuar, imediatamente, reparos em eventuais erros cometidos na execução do objeto deste Edital;
- 9.1.26. Manter todos os empregados colocados a serviço, devidamente uniformizados e munidos dos EPI's adequados, com a identificação da detentora;
- 9.1.27. Os empregados da detentora não terão relação de emprego com o Município de Joaçaba, sendo de exclusiva responsabilidade da detentora as obrigações sociais, trabalhistas e fiscais;
- 9.1.28. Cuidar para que seus empregados designados para a execução dos itens zelem pelo patrimônio público.

9.2. DAS OBRIGAÇÕES DA ÓRGÃO GERENCIADOR:

- 9.2.2. Receber os itens no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- 9.2.3. Observar para que durante a execução da Ata de Registro de Preços sejam cumpridas as obrigações assumidas pela detentora, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 9.2.4. Prestar as informações e esclarecimentos necessários que venham a ser solicitados pela detentora;
- 9.2.5. Efetuar o pagamento à detentora no valor correspondente a execução do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos, observada a ordem cronológica para cada fonte diferenciada de recursos, nos termos do Art. 141 da Lei Federal nº 14.133/2021;
 - 9.2.5.1. Executar o pagamento de acordo com o quantitativo solicitados e entregue mediante a apresentação da nota fiscal emitida para este fim;
- 9.2.6. Emitir a Solicitação e a respectiva Nota de Empenho de Despesa à detentora, para que a mesma proceda a execução do objeto;
- 9.2.7. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da detentora, através de comissão/servidor especialmente designado;

- 9.2.8. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos itens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 9.2.9. Comunicar à detentora, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 9.2.10. Rejeitar, no todo ou em parte, os itens em desacordo com as exigências deste Edital e seus Anexos;
- 9.2.11. Emitir, quando da necessidade da aquisição dos itens, através do órgão requisitante, autorização para o fornecimento dos mesmos;
- 9.2.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela detentora com terceiros, ainda que vinculados a execução dos serviços licitados, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da detentora, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

10. DO CANCELAMENTO

- 10.1. A detentora terá seu Registro cancelado quando:
 - a. Descumprir as condições desta Ata de Registro de Preços;
 - b. Não assinar o contrato ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
 - c. Não aceitar reduzir o preço de contrato decorrente desta Ata, na hipótese de se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
 - d. Sofrer sanções previstas nos incisos III ou IV do caput do Art. 156 da Lei Federal 14.133/21.
- 10.2. O cancelamento do Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos I, II e IV do caput do Art. 156 da Lei Federal 14.133/21, será formalizado por despacho fundamentado.
- 10.3. O cancelamento do Registro de Preços também poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento desta Ata, devidamente comprovados e justificados:
 - a. Por razão de interesse público; ou
 - b. A pedido do fornecedor.
- 10.4. Conforme determinação do art. 86, § 3º da Lei Federal nº 14.133/2021, § 3º, a faculdade de aderir à ata de registro de preços na condição de não participante poderá ser exercida: I - por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, relativamente a ata de registro de preços de órgão ou entidade gerenciadora federal, estadual ou distrital; ou II - por órgãos e entidades da Administração Pública municipal, relativamente a ata de registro de preços de órgão ou entidade gerenciadora municipal, desde que o sistema de registro de preços tenha sido formalizado mediante licitação.

11. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei 14.133/2021, o contratado que:
 - a. der causa à inexecução parcial do contrato;
 - b. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - c. der causa à inexecução total do contrato;
 - d. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
 - e. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
 - f. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - g. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - h. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 11.2.1. Multa:
 - 11.2.1.1. Na ocorrência de atraso injustificado para assinatura do Contrato, para o início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:
 - a. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato por dia de mora na assinatura deste ou atraso no início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, até o máximo de 3,5% (três inteiros e

- cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
- b. Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato no caso de inexecução parcial do contrato;
 - c. 30% (trinta por cento) do valor do contrato no caso de inexecução total do contrato.
- 11.2.1.2. Será configurada a inexecução total do objeto, quando:
- a. Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou entrega dos materiais, na totalidade requerida, por mais de 07 (sete) dias corridos após o recebimento pela Contratada da ordem de serviços.
 - b. Todos os serviços executados não forem aceitos pelo Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços ou entrega de materiais.
- 11.2.1.3. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado à Contratada:
- a. Se o valor a ser pago à Contratada não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica está obrigada a recolher a importância devida no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da comunicação oficial.
 - b. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela Contratada ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.
- 11.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 11.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 11.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 11.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 11.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 11.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 11.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 11.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):
- a. a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - b. as peculiaridades do caso concreto;
 - c. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - d. os danos que dela provierem para o Contratante;
 - e. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 11.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

- 11.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 11.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 11.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.
- 11.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

12. DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

- 12.1. A detentora (Operadora de Dados), obriga-se, sempre que aplicável, a atuar no presente Contrato e relações com o órgão gerenciador (Controladora de dados) em conformidade com a legislação vigente sobre Proteção de Dados Pessoais e as determinações de órgãos reguladores/fiscalizadores sobre a matéria, em especial, a Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais ("LGPD").
- 12.2. A detentora deverá manter registro das operações de tratamento de Dados Pessoais que realizar, bem como implementar medidas técnicas e organizativas necessárias para proteger os dados contra a destruição, acidental ou ilícita, a perda, a alteração, a comunicação ou difusão ou o acesso não autorizado, além de garantir que o ambiente (seja ele físico ou lógico) utilizado por ela para o tratamento de Dados Pessoais seja estruturado de forma a atender os requisitos de segurança, aos padrões de boas práticas de governança e aos princípios gerais previstos na legislação e nas demais normas regulamentares aplicáveis.
- 12.3. A detentora compromete-se a auxiliar o órgão gerenciador com as suas obrigações judiciais ou administrativas, de acordo com a legislação aplicável, fornecendo informações relevantes disponíveis e qualquer outra assistência para documentar e eliminar a causa e os riscos impostos por quaisquer violações de segurança.
- 12.4. O órgão gerenciador não autoriza a detentora a usar, compartilhar ou comercializar quaisquer eventuais elementos de dados, que se originem ou sejam criados a partir do tratamento de Dados Pessoais, estabelecido por este Contrato/Ata.
- 12.5. A detentora ao armazenar dados de controle do órgão gerenciador, declara possuir mecanismos internos para a proteção dos dados, devendo observar as regras da LGPD e as premissas de governança com seus funcionários e prestadores de serviços (suboperadores) aceitas no tratamento dos dados.
- 12.6. Em caso de incidente de segurança da informação envolvendo os dados pessoais compartilhados em razão do objeto do presente contrato/Ata, deverá a detentora, notificar, imediatamente o órgão gerenciador, informando minimamente:
- a. A descrição da natureza dos dados pessoais afetados;
 - b. As informações sobre os titulares envolvidos;
 - c. A indicação das medidas técnicas e de segurança utilizadas para a proteção dos dados observados os segredos comercial e industrial;
 - d. Os riscos relacionados ao incidente;
 - e. Os motivos da demora, no caso de a comunicação não ter sido imediata; e
 - f. As medidas que foram ou que serão adotadas para reverter ou mitigar os efeitos do prejuízo.



- 12.7. Poderá o órgão gerenciador realizar auditoria para verificar o cumprimento da legislação de proteção de dados pela detentora.
- 12.8. A detentora deverá prestar a garantia mínima do fabricante para os materiais entregues, substituindo os que comprovadamente apresentarem algum defeito.
- 12.9. Encerrada a vigência do contrato/Ata ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sensíveis ou não, a detentora interromperá o tratamento e, em no máximo (30) dias, sob instruções e na medida do determinado pelo órgão gerenciador, eliminará completamente os Dados Pessoais e todas as cópias porventura existentes (em formato digital, físico ou outro qualquer), salvo quando necessite mantê-los para cumprimento de obrigação legal ou outra hipótese legal prevista na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD.
- 12.10. Eventuais responsabilidades das partes, serão apuradas conforme estabelecido neste contrato/Ata e também de acordo com o que dispõe a LGPD, sem prejuízo das perdas e danos apurados.

13. DA ANTICORRUPÇÃO

- 13.1. As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas o Código Penal Brasileiro, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992) e a Lei nº 12.846/2013 e seus regulamentos (em conjunto, “Leis Anticorrupção”) e se comprometem a cumpri-las fielmente, por si e por seus sócios, administradores e colaboradores, bem como exigir o seu cumprimento pelos terceiros por ela contratados.

§1º. No exercício dos direitos e obrigações previstos no presente contrato/Ata de e no cumprimento de qualquer uma de suas disposições, cada uma das Partes se obriga a:

- a. Não dar, oferecer ou prometer qualquer bem de valor ou vantagem de qualquer natureza a agentes públicos ou a pessoas a eles relacionadas ou ainda quaisquer outras pessoas, empresas e/ou entidades privadas, com o objetivo de obter vantagem indevida, influenciar ato ou decisão ou direcionar negócios ilicitamente;
 - b. Adotar as melhores práticas de monitoramento e verificação do cumprimento das leis anticorrupção, com o objetivo de prevenir atos de corrupção, fraude, práticas ilícitas ou lavagem de dinheiro por seus sócios, administradores, colaboradores e/ou terceiros por elas contratados.
 - c. As partes se obrigam a notificar a outra, imediatamente, por escrito, a respeito de qualquer suspeita ou violação das legislações vigentes, bem como em casos em que obtiver ciência acerca de qualquer prática de suborno ou corrupção.
- 13.2. Fica ajustado entre as Partes que a comprovada violação de qualquer das obrigações previstas nesta cláusula e das normas legais anticorrupção é infração grave e implicará na possibilidade de rescisão unilateral do contrato/Ata, sem qualquer ônus ou penalidade, respondendo a parte infratora pelas perdas e danos causados a parte inocente.

14. DA PUBLICAÇÃO

O Órgão Gerenciador se compromete a publicar o extrato da presente Ata, nos termos da legislação pertinente.

15. DOS CASOS OMISSOS E CONDIÇÕES GERAIS

- 15.1. Os casos omissos serão resolvidos com base na Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, cujas normas ficam incorporadas integralmente neste instrumento, ainda que delas não se faça menção expressa, e ainda, os preceitos gerais do direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.
- 15.2. A existência de preços registrados não obriga o órgão gerenciador a adquirir os serviços objeto desta Ata, sendo facultada a realização de licitação específica para a contratação total ou parcial do objeto, hipóteses em que, em igualdade de condições, a DETENTORA do registro terá sempre preferência.
- 15.3. A declaração de nulidade deste instrumento opera retroativamente impedindo os efeitos jurídicos que ele, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.



16. DO FORO

- 16.1. Fica eleito o foro da comarca de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas desta Ata, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

JOAÇABA(SC), xx de xxxx de 2026.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
LUIZ CARLOS MARTIN – Secretário

DETENTORA